



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

**RELATÓRIO INTEGRAL DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL DE 2017**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
POUSO ALEGRE - MG
2017**

Relatório Integral da autoavaliação de 2017: comissão própria de avaliação / coordenador Nelson Lambert de Andrade...[et al.]. Pouso Alegre:

CPA/UNIVAS, 2017.

70 p.: il.graf.

Bibliografia.

1. Autoavaliação. 2.SINAES. 3. Resultados. 4. Relatório CPA. I. Silva, Jane Mendes. Universidade do Vale do Sapucaí. V.Título.

ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

Reitor

Prof. Carlos de Barros Laraia

Vice-Reitor

Prof. Benedito Afonso Pinto Junho

Pró-Reitor de Graduação

Prof^a. Rosa Maria do Nascimento

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof.^a Andréa Silva Domingues

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Antonio Homero Rocha de Toledo



Comissão Própria de Avaliação - CPA

Prof. Nelson Lambert de Andrade

Coordenador

Prof. Csaignon Mariano Caproni

Representante da Sociedade Civil Organizada

Prof. Carlos Alberto Conti Pereira

Representante da Sociedade Civil Organizada

Prof. Jane Aparecida Oliveira Silva

Representante Docente da Unidade Fátima

Prof^a. Ana Lúcia Francisco Bertoncin

Representante Docente da Unidade Central

Acadêmico Matheus Macedo de Souza

Representante Discente da Unidade Fátima

Acadêmico Gustavo Finamor Salles

Representante Discente da Unidade Central

Sra. Jane Mendes da Silva

Representante do corpo Técnicoadministrativo da Unidade Fátima

Sra. Solange Ribeiro Moraes

Representante do corpo Técnicoadministrativo da Unidade Central

Núcleo de Avaliação Institucional – NAI

Prof. Nelson Lambert de Andrade
Coordenador

Prof.^a Ana Lúcia Francisco Bertoncin
Representante da Unidade Central

Prof.^a Denise Aparecida Gomes dos Santos
Representante da Unidade Fátima

Prof.^a Jane Aparecida Oliveira Silva
Representante da Unidade Fátima

Prof. Júlio César Pereira
Representante da Unidade Fátima

Prof. Roberto Ribeiro Rocha
Representante da Unidade Fátima

Prof.^a Vânia dos Santos Mesquita
Representante da Unidade Fátima

Prof.^a Marilda de Castro Laraia
Representante da Unidade Fátima

Prof. Rogério Mendes Grande
Representante da Unidade Central

Prof.^a Tatiana Loiola
Representante da Unidade Central

Avaliar não é pesar um objeto que se teria podido isolar no prato de uma balança; é apreciar um objeto em relação a outra coisa para além dele. Quem avalia revela seu projeto... ou o que lhe impuseram seus preconceitos, as suas preocupações, as sua instituição.

Charles Hadji

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	Identificação da Instituição Mantenedora	11
1.2	Identificação da Instituição Mantida	11
1.3	Composição da Comissão Própria de Avaliação.....	11
1.4	Planejamento estratégico da autoavaliação	12
1.5	Organização do relatório	14
2	METODOLOGIA.....	14
2.1	Instrumentos de avaliação.....	17
2.2	Técnicas utilizadas para análises dos dados	18
2.2.1	Tratamento de dados: Questões fechadas	19
2.2.2	Tratamento dos dados: Questões abertas	21
2.2.3	Divulgação dos resultados	25
3	O PROCESSO DA AUTOAVALIAÇÃO E SEUS EIXOS	25
3.1	Eixo 3: Políticas acadêmicas.....	26
3.1.1	DCNs para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena e Políticas de educação ambiental	26
3.1.2	Análise de dados e das informações: políticas acadêmicas – eixo 3: resultado das avaliações docentes pelos discentes de ensino de graduação.	27
3.1.2.1	Estratégias de ensino utilizadas pelos professores para favorecer a aprendizagem dos graduandos.....	28
3.1.2.2	Clareza de comunicação.....	29
3.1.2.3	Análise das avaliações dos graduandos.....	30
3.1.2.4	Relevância da disciplina	31
3.2	Eixo 5 : Infraestrutura física	32
3.2.1	Análise de dados e das informações: Instalações administrativas	34
3.2.2	Organização e Gestão da Instituição	36
3.3	Ações corretivas com base na análise de resultado.....	37
3.4	Sustentabilidade financeira	38
3.5	Resultados da autoavaliação externa e sua integração/comunicação com a Sociedade.....	39

3.6	Política de atendimento ao discente	41
4	EXAME NACIONAL DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES – ENADE ...	46
4.1	Conceitos de Curso	47
5	ATIVIDADE DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	47
6	ANÁLISE GLOBAL EM RELAÇÃO AO PDI E AOS EIXOS.....	50
7	AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE.	56
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
9	REFERÊNCIAS	62
	ANEXOS:.....	65

1 INTRODUÇÃO

Este texto refere-se a versão integral, do que trata o Plano de Ação da Comissão Própria da Univás (CPA), a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65, de 9 de outubro de 2014, que norteou esse processo e sugeriu um padrão para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Esse roteiro foi a base para a redação deste Relatório Integral de Autoavaliação da Univás/2017, a ser apresentado ao MEC até 31 de março de 2018 e corresponde também aos resultados das autoavaliações referentes aos dois primeiros anos (2015 e 2016), cujos os pontos relevantes serão inseridos neste relatório.

Neste terceiro ano, em sua versão integral, são inseridos comentários adiante cuja relevância foram julgados pela CPA, a partir das coletas de dados realizadas ao final do primeiro e segundo semestres de 2015, especificamente, o **eixo nº1** que trata do planejamento da autoavaliação conforme dimensão 8, o **eixo nº3**, que trata das políticas acadêmicas e atende as dimensões 2 (a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;), 4 (a comunicação com a sociedade;) e 9 (políticas de atendimento aos estudantes;), ao levantamento feito ao final do primeiro e segundo semestres de 2016, especificamente o **eixo nº 2**, referente ao desenvolvimento institucional, o **eixo nº 3** políticas acadêmicas e o **eixo nº 4** políticas de gestão e, finalmente, ao levantamento feito ao final do primeiro e segundo semestres de 2017, especificamente o **eixo nº 3** políticas acadêmicas e o **eixo nº 5** infraestrutura física e de acordo com a Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014.

Terceiro de uma série de três relatórios elaborados pela CPA, constantemente aprimorado, a intenção é que ele contribua para dar visibilidade ao trabalho e a dedicação dos profissionais da educação que fazem da Univás uma Instituição de referência no Sul de Minas Gerais, cuja missão: **“é contribuir para a formação de indivíduos éticos, socialmente responsáveis e competentes, que possam ser elementos de transformação social na construção de um mundo sempre mais justo, livre e democrático”**, tendo como roteiro, neste ano de 2017, os seguintes eixos:

Eixo/indicador

3	Eixo 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS
3.1	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.
3.2	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
3.3	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
3.4	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
3.5	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.
3.6	Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático- pedagógica, tecnológica, artística e cultural.
3.7	Comunicação da IES com a comunidade externa.
3.8	Comunicação da IES com a comunidade interna.
3.9	Programas de atendimento aos estudantes.
3.10	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.
3.11	Política e ações de acompanhamento dos egressos.
3.12	Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.
3.13	Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.

Fonte: Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014

Eixo/indicador

5	Eixo 5: Infraestrutura Física
5.1	Instalações administrativas
5.2	Salas de aula
5.3	Auditório(s)
5.4	Sala(s) de professores
5.6	Infraestrutura para a CPA
5.7	Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral – TI
5.8	Instalações Sanitárias
5.9	Biblioteca: infraestrutura física
5.10	Biblioteca: serviços e informatização
5.11	Biblioteca: plano de atualização do acervo
5.12	Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente
5.13	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação
5.14	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física
5.15	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços
5.16	Espaços de convivência e de alimentação

Fonte: Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014:

Cabe ressaltar que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Univás é uma estrutura que funciona como um canal de diálogo entre a comunidade acadêmica e a Instituição de Ensino Superior (IES), destinada a coletar manifestações sobre o serviço prestado sejam elogios, críticas, sugestões, reivindicações. Seu funcionamento reflete também como uma boa prática de governança, na medida em que confere mais transparência ao relacionamento da IES com as partes interessadas.

A reflexão aqui partilhada recupera o exercício do processo autoavaliativo e tem por objetivo reportar à comunidade e aos órgãos competentes, tanto internos quanto externos, uma quantidade mais representativa de dados que permitam o conhecimento e a avaliação das práticas vigentes que representam a universidade

como um todo, em um contexto no qual sujeitos reais se constituem e constroem a comunidade universitária comprometida com a sociedade na qual está inserida.

Além disso, é importante destacar que o presente Relatório Integral contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (2017), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, e, que faz parte do presente outras informações que são disponibilizadas para toda a comunidade acadêmica e demais *stakeholders*.

Enfim, objetiva-se, propiciar dados para que os gestores da IES procedam análises e comparações evolutivas, visando ações corretivas naquilo em que couberem intervenções para a melhoria contínua da qualidade, isto é, um novo olhar que sugere outra maneira de realizar a gestão na ambiência institucional.

O processo autoavaliativo na Univás é histórico, pois incorpora os registros e análises e divulgação dos relatórios, contempla a participação de todos os segmentos da Instituição e da comunidade externa à Instituição.

E, segundo Felício e Stano (2010) nesse aspecto historiográfico, participar significa garantir o sentido de reconstrução de um passado, num futuro que se deve projetar no hoje, pela tomada de decisão fundamentada nos relatórios da CPA, exigindo, pois, o comprometimento com a mudança necessária.

Com estas práticas voltadas ao processo de formação, incluindo-se nelas o processo de autoavaliação, deseja-se que todos os envolvidos na atividade de ensino e aprendizagem criem novos mecanismos de aperfeiçoamento individual necessários à formação profissional ante uma nova realidade.

Ainda, é necessário refletir criticamente e levantar questionamentos sobre o resultado da autoavaliação sobre as práticas pedagógicas segundo o olhar do aluno.

Por fim, a Comissão Própria de Avaliação da Univás entende que para exercer com qualidade a profissão docente, deve-se levar em consideração algumas atitudes que por vezes passam despercebidas. Para ser bons profissionais hoje, deve-se crescer profissionalmente, sempre atentos as mudanças e receptivos as atualizações ao longo da vida.

1.1 Identificação da Instituição Mantenedora

NOME: Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí

SIGLA: Fuvs

ENDEREÇO: Avenida Coronel Alfredo Custódio de Paula, 240

BAIRRO: Centro - CIDADE: Pouso Alegre - CEP: 37.550-000

TELEFONE: (35) 3449-8746. – Fax: (35) 3449-8751

E-MAIL: presidencia@fuvs.br

1.2 Identificação da Instituição Mantida

NOME: Universidade do Vale do Sapucaí

SIGLA: Univás

ENDEREÇO: Av. Prefeito Tuany Toledo, 470

BAIRRO: Fátima I - CIDADE: Pouso Alegre - CEP: 37550-000

TELEFONE: (035) 3449-9211 - Fax: (035) 3449-9234

E-MAIL: reitoria@univas.edu.br / cpa@univas.edu.br

HOME PAGE: www.univas.edu.br

1.3 Composição da Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Univás foi criada em 2005 e o seu Regulamento atual foi aprovado pela Resolução número 30/09, de 2 de julho de 2009 do Conselho Universitário – Consuni. A CPA da Univás conta com um órgão denominado Núcleo de Avaliação Institucional (NAI) que tem por objetivo coordenar, conduzir e executar o processo de autoavaliação da universidade e sistematizar as informações coletadas para prestá-las à Comissão Própria de Avaliação. A CPA atual é constituída conforme Portaria n.º 33/2016, de 19 de setembro de 2016, (anexo A), é composta dos seguintes membros titulares:

- Um coordenador
- dois representantes do corpo docente;
- dois representantes do corpo discente, regularmente matriculados;

- dois representantes do corpo técnicoadministrativo;
- dois representantes da sociedade civil organizada.

1.4 Planejamento estratégico da autoavaliação

A CPA da Univás entende e considera a autoavaliação institucional uma ação de pesquisa, à semelhança de outras investigações realizadas na Academia como também entendem Felício e Stano (2010) ao dizer que a autoavaliação é um processo contínuo, inacabado de investigação, cujos resultados incentivam outras pesquisas e seu resultado pode gerar um novo modelo de gestão, com participação indireta da comunidade acadêmica na tomada de decisão. Nesse mesmo sentido, corrobora Dias Sobrinho (2003, P. 97) ao afirmar que:

“a qualidade da educação ou da formação, tanto do ponto de vista da ciência quanto dos efeitos sociais é, portanto, um valor essencial a ser considerado pela avaliação educativa e deve ter primazia sobre qualquer mera quantificação e comparação de produtos, ainda que seja também imprescindível produzir e interpretar as informações objetivas desde que estas importem para os julgamentos de valor”.

Nessas condições, o planejamento das autoavaliações, de forma estratégica, encontra-se descrito no Plano de Ação CPA - gestão 2016 a 2017 -, bem como em edições anteriores e, sempre, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014 a 2018.

O planejamento estratégico da avaliação da Univás tem como características fundamentais a autoavaliação formativa como centro do processo avaliativo, integração dos diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais, buscando:

- ultrapassar a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação profissional;
- explicitar a responsabilidade social da Educação Superior, especialmente quanto ao avanço da ciência, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;
- superar meras verificações e mensurações, destacando os significados das atividades institucionais não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos;

- aprofundar a ideia da responsabilidade social no desenvolvimento da IES, operando como processo de construção, com participação acadêmica e social, e não como instrumento de checagem e cobrança individual; e

- Valorizar a solidariedade e a cooperação, e não a competitividade e o sucesso individual.

O trabalho da CPA da Univás é um exercício de participação coletiva da comunidade acadêmica, em que não existe o ato isolado, em consonância com a natureza da IES. Logo, por ser uma ação processual, permite a constante reinserção da reflexão na gestão e nos processos de ensinar e aprender. Avalia-se, justamente para tomar decisões, (re) fazer percursos e trajetórias. Deseja-se, ainda, que todos os envolvidos na atividade ensino-aprendizagem criem novos mecanismos de aperfeiçoamento individual necessários à formação profissional ante uma nova realidade.

A autoavaliação, com base nas duas modalidades, a avaliação interna e a externa, ao proporcionar a consolidação de uma cultura de avaliação, deseja o cumprimento de três objetivos:

- Desenvolver um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- Ser um instrumento de planejamento de gestão; e
- Prestar de contas à sociedade.

Assim, cada um dos cinco eixos é avaliado ao longo do período de três anos, sendo parcial em 2015 e 2016 e integral em 2017. Portanto, as ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito de cada um dos cursos, consideram o relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, bem com, à análise das manifestações da comunidade acadêmica em questões abertas, que dão origem ao plano de ação 5W2H.

Com essas providências entende-se que a autoavaliação promovida pela CPA tem integração com os cursos de graduação, Unidades Acadêmicas e Pró-reitorias, no intuito de promover o aperfeiçoamento acadêmico. Dessa forma, inferimos que o planejamento da autoavaliação e sua análise se apoiam na ambiência universitária para definição dos atores que compartilham da preparação das questões.

Não é demais destacar que os resultados das análises de cenários devem servir de base para o processo de planejamento estratégico e do próprio PDI.

1.5 Organização do relatório

O relatório apresenta a seguinte estrutura: a primeira seção apresenta a introdução, seguida da metodologia, por si só explicativa; na segunda seção tem-se o tratamento dos dados e a divulgação dos resultados; já na terceira seção traz-se o processo da autoavaliação e seus eixos, bem como, comentários que julgamos pertinentes em relação à organização e gestão da instituição; na quarta apresenta os indicadores de desempenho, tais como: ENADE, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Conceito de Curso. A quinta seção apresenta atividade de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação. Na sexta e última seção apresentamos a análise das atividades acadêmicas e de gestão, conforme proposto no PDI da Instituição.

No anexo A deste relatório temos a portaria vigente da composição da CPA. Já para a divulgação da Autoavaliação Institucional nas unidades, foi feito trabalho de socialização por meio de spots veiculados pela rádio Univás FM, pela Televisão comunitária, cartazes, faixas e banners o que chamou bastante atenção da comunidade acadêmica (anexo B). No *site* da universidade, cujo acesso é restrito e individualizado, estes mesmos resultados são apresentados analiticamente e individualizados por curso, por turma e por disciplina, disponibilizados seletivamente para todos os discentes, docentes e corpo técnico-administrativo para análise e aprimoramento pertinentes, de forma a assegurar a implementação de melhorias contínuas, objetivando sanar as eventuais não conformidades.

2 METODOLOGIA

Para a avaliação do desempenho dos componentes curriculares nos semestres letivos de 2017, manteve-se o mesmo instrumento avaliativo utilizado em 2015 e 2017 a partir das sugestões coletadas na meta-avaliação realizada em 2014. Trata-se de um questionário semiestruturado composto de 6 (seis) questões fechadas, com alternativas, uma das quais é assinalada, pelos alunos, para cada um dos Componentes Curriculares cursados no semestre. À semelhança da escala de *Likert* por ser um instrumento muito usado nas pesquisas acadêmicas.

Diferentemente das perguntas sim/não, a escala de *Likert* nos permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do componente curricular com qualquer afirmação proposta. Tem sido útil para as situações como a do eixo 3, em que

esperamos que o respondente expresse com detalhes a sua opinião. Neste sentido, as categorias de resposta servem para capturar a intensidade dos sentimentos dos respondentes.

Em relação ao Eixo nº 5 – Infraestrutura – as questões foram apresentadas em um questionário com 14 perguntas fechadas à semelhança do descrito acima.

Ainda no questionário *on-line*, existe um espaço onde os respondentes podem colocar as suas manifestações, como elogios, críticas e sugestões. Além do questionário acima, utilizamos ainda mais quatro questionários específicos para professores, técnicos administrativos, para alunos e comunidade externa.

Também foram utilizados nesta pesquisa a análise documental, constituída pelos relatórios da autoavaliação da CPA dos últimos 2 anos e o estudo empírico realizado por meio de questionários semiestruturados que foram aplicados à comunidade acadêmica da IES pesquisada, além do simulado aplicado aos últimos períodos dos cursos da Instituição.

Os referidos relatórios foram postados no sistema e-MEC e também encontram-se publicados no site oficial da Univás e tombados nas bibliotecas da IES. Tais relatórios foram interpretados à luz dos instrumentos legais do MEC/SINAES. Nesse sentido, os documentos legais do MEC constituíram-se também fontes documentais de análise.

Os questionários da autoavaliação procuraram avaliar, de forma geral, as políticas acadêmicas (o desempenho do corpo docente, discente e técnico administrativo), o desenvolvimento institucional e as políticas de gestão nos eixos 3 e 5, respectivamente.

No que se refere à autoavaliação externa pesquisou-se, em 2017, entre outras coisas, a percepção da população em relação à qualidade e a quantidade dos cursos da Universidade e suas ações de extensão, importância no contexto regional, responsabilidade social e oferta de cursos para a comunidade. Importante destacar que pela primeira vez tal coleta de dados foi executada por meio do site da Universidade, tendo ficado disponível por aproximadamente oito meses.

Todas estas manifestações são enviadas na Integra para o Reitor e Pró-reitor de Graduação e, após conhecimento, são previamente agrupadas pelo coordenador e secretário da CPA, de acordo com a abordagem, e encaminhadas aos Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa e de Extensão e Assuntos Comunitários e aos Diretores Acadêmicos e do AVA.

A partir dos Diretores Acadêmicos e do Diretor responsável pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), são distribuídos a cada um dos coordenadores de curso juntamente com o formulário 5W2H, que funcionará como acompanhamento das ações corretivas, quando necessárias. Esse procedimento possibilita às lideranças e aos professores a sistematização das atividades inerentes voltadas para o desenvolvimento institucional, uma vez que elimina por completo qualquer dúvida que possa surgir sobre um processo ou atividade, além do que tais resultados subsidiaram a Pró-Reitoria de Graduação a criação de alguns conteúdos vinculados no Programa de Atualização Docente (PROAD).

Os questionários internos foram preenchidos *on-line*, quando cada respondente pôde acessar e responder nos laboratórios de informática da instituição ou em suas próprias residências, o que possibilitou o acesso à toda comunidade acadêmica. Nesse sentido, recorremos a Abramowicz (2007, p.31), ao discorrer sobre a importância da participação da comunidade acadêmica no processo, que afirma:

Verificamos, a partir de vários estudos das autoras Cappelletti (1999, 2002), Abramowicz (1996, 1999), Saul (1988, 1999), entre outros autores críticos, um certo consenso de que a avaliação é uma tela crítica de análise da realidade e, quando comprometida com a emancipação social, pode contribuir com a compreensão desta complexa trama política educativa em que as políticas são geradas e como elas se materializam no cotidiano escolar, sendo valiosas fontes de informação crítica, de problematização da realidade, de ressignificação, incorporando-se eticamente aos processos de tomada de decisão, exercendo a sua função de estratégia democrática de gestão educacional.

Essa autora vai dizer que a avaliação não é a única fonte de informação educacional nem mesmo a mais importante, mas que por ela é possível procurar dimensionar limites e possibilidades para a tomada de decisões e ações comprometidas com a vida humana, com o pleno desenvolvimento da existência humana, com a democratização da educação, em particular e da sociedade, em geral.

Por esta razão, os resultados da avaliação devem ser debatidos nas suas origens, nos seus processos de planejamento, execução e interpretação, socializados e ressignificados, “como parte de um conjunto de outras informações relevantes e significativas que tecem o projeto educacional, tendo como “pano de fundo” o cenário social, político e econômico atual” (ABRAMOWICZ, 2007, p.31).

Portanto, a expectativa da CPA é de que, por meio dos diversos olhares, será possível empreender uma compreensão mais precisa da Instituição, revelada pelo trabalho coletivo, assumindo a esperança de que é possível atingir melhorias

significativas por meio de uma cultura de avaliação. **Mais do que gerar relatórios, a autoavaliação pode se constituir em oportunidade ímpar de um refazer permanente da identidade institucional, reafirmando seu caráter de educação em suas singularidades acadêmicas, como instituição privada e filantrópica.**

2.1 Instrumentos de avaliação

Hoje, diante da consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sabe-se que existem diversos tipos de avaliação, desde testes padronizados de capacitação até os programas de testes dos professores que têm sido usados no sentido de responder com eficácia a esta questão.

Portanto, medidas quantitativas se utilizam de algum tipo de instrumento para obter índices numéricos que correspondem a características específicas das pessoas ou objetos da medição. O resultado da aplicação de um instrumento para medida quantitativa é um conjunto de valores numéricos que são resumidos e registrados sob a forma de gráficos, conseqüentemente a qualidade das medidas influem diretamente nesses resultados. Os instrumentos ficaram disponíveis *online* para preenchimento entre os dias 15 de maio e 15 de junho, no primeiro semestre e entre os dias 15 de outubro e 15 de novembro, no segundo semestre.

Além disso, a partir dos dados coletados, procura-se melhorar o processo da autoavaliação com a meta-avaliação, agindo sobre cada uma de suas etapas para garantir a melhoria contínua, especialmente em relação ao ensino. Isto é, a própria avaliação se transforma em objeto de estudo por parte da comunidade acadêmica.

Os participantes da CPA/NAI se reuniram com os representantes das salas na unidade Fátima, num diálogo franco e direto com a comunidade discente no sentido de conscientizá-la da importância para as seguintes questões: O que é Avaliação Institucional? Quais são as finalidades da autoavaliação? Como fazer? Quem se beneficia? Quais são as formas de divulgação dos resultados?

Além disso, explicitou-se como é o acompanhamento das providências para melhoria contínua da qualidade do desempenho da Instituição. Dias Sobrinho (2005, p. 45-46) corrobora afirmando:

Então, de que estamos falando ao pôr em foco a avaliação? Certamente de muitas e distintas coisas, pois muito plurais e ricos são os campos semânticos da avaliação. Claro que as definições ou concepções de avaliação estão

ligadas a seus objetivos e usos diversos; a quem a formula e executa e a quem ela interessa. A titularidade e ou o protagonismo da avaliação, por isso é objeto de grande disputa. Em verdade, não se produz entendimento comum sobre as questões de quem, quê e para quem avaliar.

Portanto, para que haja sucesso no desenvolvimento/execução do PDI, faz-se necessário o acompanhamento dos resultados, por meio de indicadores, registros, controles e relatórios da CPA.

Por sua vez, as respostas coletadas dos respondentes revelaram muito mais sobre o que a comunidade acadêmica deseja, do que as reais possibilidades da Universidade. Desse modo, os membros do CPA/NAI teceram interpretações qualitativas e quantitativas sobre o processo ensino-aprendizagem, procurando, de forma bastante objetiva, contemplar as dimensões preconizadas pelo MEC/SINAES, ou seja, os escopos dos quesitos foram às dimensões do MEC/CONAES/SINAES, sistematizados pela Portaria 92/2014 e Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65, de 9 de outubro de 2014.

2.2 Técnicas utilizadas para análises dos dados

Para a análise dos dados a CPA utiliza o formulário 5W2H, que é um *checklist* das manifestações da comunidade acadêmica que necessitam ser conhecidas pela direção com o máximo de clareza possível. Ele funciona como um mapeamento (por unidade, curso, disciplina) destas manifestações, onde ficará estabelecido o que será feito, quem fará o quê, em qual período de tempo, em qual área da Universidade e todos os motivos pelos quais esta atividade deve ser feita.

Em um segundo momento, deverá figurar nesta tabela como será feita esta atividade e quanto custará aos cofres da instituição tal processo. Esta planilha tem sido extremamente útil para a análise das manifestações da comunidade, uma vez que elimina por completo qualquer dúvida que possa surgir sobre um processo ou sua atividade, conquanto a ausência de dúvidas agiliza as ações corretivas a serem desenvolvidas.

Embora no campo da avaliação haja certa aceitação tácita de maior valor científico das metodologias quantitativas, que afirmam as características positivistas da produção de conhecimento, nossa análise considera a autoavaliação com abordagem voltada à natureza formativa, isto é qualitativa. Isso não significa

desconsiderar as características de regulação e controle, de natureza positivista/mecanicista, também presentes na abordagem formativa, apontadas por diversos autores, como Bonniol e Vial (2001) que consideram a noção de avaliação formativa como uma retomada sistêmica que se aproxima da psicologia do trabalho em termos de comportamento.

Segundo os autores, a racionalização tecnicista do processo de aprendizagem muito tem a ver com a racionalização que ocorre no processo de produção das fábricas. Neste sentido, também recorremos à Mendes e Munhoz (2007) que ao discorrerem sobre a importância da avaliação e seus consequentes indicadores de desempenho, ressaltam a necessidade de se considerar os elementos a seguir: busca de medição adequada; promoção da reflexão; abrangência; contextualização; transparência, antes, durante e depois do processo autoavaliativo.

No que se refere à meta-avaliação, sempre procuramos ajustar alguns questionários às sugestões apresentadas pela comunidade acadêmica. Por outro lado, corrigimos o *layout* do formulário de coleta de dados apresentado à comunidade acadêmica por meio do *site* da Univás. Tais ações foram objetos de análise por parte da CPA/NAI juntamente com a gerência de informática, com o conhecimento das Direções das Unidades e ensejaram, em consequência, as correções necessárias.

2.2.1 Tratamento de dados: Questões fechadas

Findo o prazo de aplicação dos questionários, a comissão tem acesso aos resultados das questões fechadas que diferentemente das perguntas sim/não, a escala de *Likert* nos permitiu medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do questionamento com qualquer afirmação proposta. Indubitavelmente é positivo para situações em que precisamos que o pesquisado demonstre com detalhes a sua opinião. Neste sentido, as categorias que emergem das respostas servem para capturar a intensidade da percepção dos respondentes.

E, a partir delas, são gerados gráficos estatísticos do resultado, que são socializados no site da Univás, aos quais têm acesso o professor, os coordenadores de curso, os diretores de unidades e reitoria, da seguinte forma: Gráficos da Universidade: um gráfico para cada questão.

Cada coluna representa uma alternativa, somando-se todas as respostas dadas naquela pergunta.

Gráficos por Unidade: um gráfico para cada questão referente a uma unidade (Fátima ou Central), cada coluna representa uma alternativa e, para cada uma, será inserida outra com o resultado da universidade, de forma a se comparar unidade em relação à Univás.

Gráficos por Curso: um gráfico para cada questão referente ao curso, em cada coluna. Para cada coluna que representa uma alternativa são inseridas outras duas com os resultados da universidade e da unidade onde o curso é ministrado, de forma a compará-lo em relação à unidade e em relação à universidade.

Gráficos por Período: um gráfico para cada questão referente a um período do curso, contendo uma coluna para representar cada alternativa. Para cada coluna, serão inseridas outras quatro sendo a primeira com o resultado da universidade, a segunda com o resultado da unidade, a terceira com o resultado do curso e a quarta com o resultado do período, de forma a se comparar a disciplina em relação ao seu período, curso, unidade e universidade.

Média na avaliação da CPA: acesso exclusivo do professor, a porcentagem em relação à média da universidade é obtida pela diferença entre a média da universidade e a média analisada. O resultado multiplicado por 100 e dividido pela média da universidade é a porcentagem apresentada. Resultados em azul representam a porcentagem em que o professor está acima da média da universidade. Resultados em vermelho representam a porcentagem em que o professor está abaixo da média da universidade. O mesmo cálculo é utilizado tendo como base a média da unidade para se obter a coluna porcentagem em relação à média da unidade. Inclui também as classes especiais, que foram objetos de avaliação pelos alunos.

Além dos resultados apresentados graficamente e por média, coletamos o resultado da questão aberta contendo críticas, sugestões e elogios da comunidade acadêmica. Ressaltamos que tais dados são encaminhados a cada um dos dirigentes da universidade com o objetivo de analisar e sanar as não conformidades apontadas pelos respondentes e, se possível atendê-las, conforme a dimensão “8.1.2 Ações acadêmicas e administrativas em função dos resultados da autoavaliação”, constantes do eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.

Essas ações corretivas são acompanhadas pelos gestores que, necessariamente, encaminham uma cópia para a CPA. Além dessas ações, a

Prograd, juntamente com a CPA idealizou dois painéis que resumem o andamento das ações corretivas, mais relevantes, apontadas pela comunidade e que são atualizados a cada semestre.

2.2.2 Tratamento dos dados: Questões abertas

A autoavaliação é um processo contínuo e sistemático de análise e/ou julgamento da prática. É um processo de gestão com o acompanhamento e aferição constante da qualidade do processo educativo, Segundo Falconi Campos (2004), o fundamento essencial de uma boa gestão está em se estabelecer um plano de ação corretiva para toda meta que se queira atingir.

Ação corretiva, que nos referimos, é a ação do gestor tomada para eliminar as causas de uma não conformidade apontada por meio das questões abertas da autoavaliação, de maneira a evitar a repetição das mesmas, destina-se a determinar exatamente algum tipo de problema, tornando a sua solução a mais eficaz possível, possibilitando, desta forma, mais economia para a instituição e menor desperdício de energia em situações corriqueiras do dia a dia.

O foco da ação corretiva é a origem do problema e baseia-se nas causas dos problemas identificados, buscando a eliminação da raiz do problema. Caso o problema volte a se repetir no futuro, a ação corretiva não foi eficaz. Logo, o plano de ação (5W2H) é o planejamento das iniciativas necessárias para a eliminação daquela não conformidade, a fim de atingir o resultado desejado pelo professor. Devem ser evidenciados todos os passos do que será executado e a que tempo, quem é o responsável pela iniciativa. Além disso, deverá apontar o porquê de se realizar tal atividade, como e onde ela será realizada onde e quanto que isso custará.

O professor ao responder aos questionamentos dos alunos direcionados pelo formulário 5W2H (*what, when, who, why, where, how e how much*), emerge a filosofia do plano de ação sempre focada naquilo que se entende por melhoria contínua, conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 1º, da Lei 10.864/2004:

O SINAES tem por finalidades **a melhoria da qualidade da educação superior**, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à

diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. Grifo nosso. (BRASIL, 2004)

Nessas condições, fica mais fácil entender qual é o caminho que a Instituição pretende seguir. Como descreve Cária (2012), no contexto de reforma da administração pública, esse entendimento é necessário para a execução das atividades e aumenta as chances de sucesso do plano de ação. Nessa lógica, considerando as características atuais da regulação e as especificidades próprias da educação, os serviços educacionais não podem ser tratados como um serviço qualquer, mas também não se pode desconsiderar os resultados.

Como afirma Bresser-Pereira, (1999), na administração pública gerencial, o controle de resultados substitui o controle de procedimentos legais, o que evidencia a preponderância da utilização dos resultados na tomada de decisões que podem significar a sustentabilidade da IES, como preconizado pelo SINAES.

Ou seja, a administração seja ela pública ou privada volta-se para o monitoramento de resultados – controle a *posteriori* – e criando espaços da competição administrativa entre entidades às quais foi garantida a autonomia por meio de *benchmarks*.

Dessa forma, o Estado busca superar o conceito tradicional de regulação que quase sempre se voltava para a regulamentação e centrado na definição de procedimentos. O conceito recebe uma nova abordagem mais flexível na definição dos processos, porém rígida da avaliação da eficiência e eficácia do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado.

Quando falamos em regulação, estamos refletindo sobre um marco normativo e de como o cumprimento de normas nas instituições oficiais se relaciona com o poder político no sentido da prescrição e da sociedade. De acordo com Cária (2012) no Brasil o Estado caracterizou-se pela ação burocrática e prescritiva no campo da regulação do ensino superior.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco de referência dessa nova caracterização do Estado regulador que passa a ser Estado Avaliador, expressão cunhada por Afonso (2000). Assim, uma vez que o processo de autoavaliação na Univas não é algo executado apenas por força de lei, pois os gestores acabam sendo beneficiados com mais uma ferramenta de gestão e controle.

Nesse sentido, o *feedback*, a formação continuada, valorização da percepção do aluno, conhecimento da realidade, desconhecimento, podem ser utilizadas tanto

para a gestão no paradigma da multidimensionalidade da administração da educação (SANDER, 2007), ou na linha da regulação. Desde então, o foco do controle, que no modelo de gestão anterior se dava nos procedimentos, deslocou-se para o resultado.

Para Bresser-Pereira (2006), os controles sociais são essenciais na administração gerencial, na medida em que compensam a redução do controle legal de procedimentos e complementam o controle de resultados, como vimos em recente pesquisa de doutorado: A contribuição da autoavaliação para os gestores pode ser interpretada a partir de Bonniol e Vial (2001, p. 237) que destacam três concepções de avaliação: a avaliação como medida; a avaliação como gestão; e a avaliação como problemática do sentido. A primeira responde à demanda institucional de verificação de nível de construção conceitual e a segunda responde às exigências de desenvolvimento das aptidões de aprendizagens. A terceira é a avaliação formativa que se concentra “essencialmente na gestão das aprendizagens dos alunos”.

Dessa forma, a avaliação formativa situa-se na perspectiva de uma regulação assumida pelo professor, “cuja tarefa será calcular, ao mesmo tempo, o caminho já percorrido por cada um e o que resta a percorrer, a fim de intervir e otimizar o processo de aprendizagem em curso”. (ANDRADE, 2014, p.132)

Segundo o mesmo autor, no caso da gestão, os resultados das questões abertas da autoavaliação fornecem o diagnóstico da realidade educacional e indica ações corretivas (5W2H) que os gestores podem se amparar na tomada de decisões, se for o caso. Assim, o *feedback* obtido por meio da autoavaliação caminha junto com o processo de regulação a fim de intervir e otimizar as ações da gestão com vistas aos melhores resultados. Isso, nos leva a “apontar o caráter formativo da regulação, se autoavaliação se realizar orientados pelos princípios da avaliação formativa”. (ANDRADE, p.132, 2014), nessa mesma direção, no que se refere à qualidade, partimos da concepção de Dias Sobrinho:

De que é impossível falar de qualidade em uma universidade, sem ao mesmo tempo falar de avaliação, pois, há na atribuição da qualidade um envolvimento de dentro da instituição e outro de fora, especular. Assim afirma o autor: Permanentemente exposta esta visão crítica de mão dupla, a universidade tem o imperativo ético e político de se instituir com qualidade. A ela se impõe o dever de sempre buscar a excelência. Essa exigência não provém apenas da comunidade científica que sustenta o rigor da ciência, mas também de toda a sociedade que a mantém, cada vez mais carente de orientações, conhecimentos e técnicas que impulsionem o desenvolvimento e ajudem a resolver os problemas mais agudos. [...] Esse imperativo de qualidade é referido por aquelas atividades que constituem a universidade: ensino, pesquisa e extensão (DIAS SOBRINHO, 1994, p. 103).

Com efeito, e diante desses argumentos, a necessidade de se avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas IES não se apresenta de forma isolada. Ao contrário, Andrade (2014, p. 133) afirma que a autoavaliação:

Deve ser inserida num contexto de algumas tendências como: o desenvolvimento das tecnologias e do desenvolvimento econômico; a especialização do trabalho, a competitividade no mercado mundial e o valor assumido pelo conhecimento. Dentre outras, essas tendências são decorrentes das transformações no mundo produtivo e trouxeram novas demandas e expectativas da sociedade e da economia para as instituições de ensino, sendo assumidas pelos órgãos reguladores do Estado.

Nesse mesmo contexto de tendências, o *feedback*, a formação continuada, valorização da percepção do aluno, conhecimento da realidade, desconhecimento, bem como os planos de ação podem ser utilizadas tanto para a gestão no paradigma da multidimensionalidade da administração da educação (SANDER, 2007), ou na linha da regulação.

Ao compreendermos a autoavaliação, como proposto pelo SINAES na perspectiva formativa e o que se encontra estabelecido na LDBEN sobre o processo de formação profissional (BRASIL, 1996), a ação qualificada da IES está inextricavelmente vinculada ao processo de formação que lhe é pressuposto, e que se desenvolve ao longo de toda a carreira dos professores; requer a mobilização dos saberes teóricos e práticos capazes, num processo contínuo de ação-reflexão-ação.

O quadro a seguir apresenta Análise e Melhoria de Processos a partir das respostas às questões abertas coletadas por ocasião da autoavaliação, um modelo de plano de ação, que utiliza uma adaptação do tradicional 5W2H, mas apresenta as informações necessárias para a realização do mesmo. Uma vez elaborados os planos de ação, vem o mais importante. Colocá-lo em prática, coordenar a execução das iniciativas, acompanhar, ou seja, praticar a gestão do processo.

QUADRO 5W2H

O QUE?	Descrição da ação a ser implantada para eliminação da não conformidade.
POR QUE?	Razão do desenvolvimento da ação.
COMO?	Procedimento para o desenvolvimento da ação.

ONDE?	Local do desenvolvimento da ação.
QUEM?	Responsável pela execução da ação.
QUANDO?	Prazo para execução da ação
QUANTO CUSTA?	Custo da ação

Fonte: Elaborado pelos autores

2.2.3 Divulgação dos resultados

A divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica, em geral, é feita pela Internet na página da Universidade, de livre acesso para toda comunidade: http://www.univas.edu.br/menu/cpa/apresentacao_cpa.asp

Há também a versão impressa, tombada e disponível nas bibliotecas das unidades acadêmicas e ainda por meio de vinhetas veiculadas pela TV Univás. Desde o início de 2015, as ações de melhorias mais relevantes, a partir da autoavaliação, têm sido veiculadas por meio de painéis instalados em cada uma das unidades da Univás.

No que se refere à divulgação dos resultados das avaliações individuais das Disciplinas, a divulgação é feita individualmente, na página do docente, com acesso também para a coordenação, direção e reitoria, como detalhado nas subseções 2.2.1 e 2.2.2. Quanto à Média na avaliação da CPA, por decisão da comissão, apenas o professor tem acesso a essas médias. A divulgação ainda ocorre por meio de fóruns, reuniões, documentos informativos impressos e eletrônicos, servindo para tornar públicas as oportunidades para ações transformadoras vindas do processo avaliativo.

3 O PROCESSO DA AUTOAVALIAÇÃO E SEUS EIXOS

A Univás tem a sua missão e seus propósitos de formação profissional para cada curso, o que faz o processo de autoavaliação ser específico em cada um dos propósitos. Da mesma forma, cada situação de abordagem, em suas condições

sociais e culturais, com as suas especificidades, caracterizam como única e singular qualquer experiência em educação.

Para Chizzotti (2006, p. 26), “a pesquisa segue uma metodologia de trabalho, ou seja, a lógica subjacente ao encadeamento de diligências que o pesquisador segue para descobrir ou comprovar uma verdade”, a partir do estudo empírico realizado, em que mundo objetivo e a subjetividade se interagem e se significam numa construção compromissada com a ética e os valores presentes no campo investigativo.

Passamos ao desenvolvimento desta seção, por eixos, conforme deliberação da Comissão Própria de Avaliação, em 6 de fevereiro de 2015, de forma a considerar neste ano os eixos 3 e 5 em consonância com a nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de 2015 e demais orientações legais do MEC/SINAES, que regulam a avaliação institucional no ensino superior.

3.1 Eixo 3: Políticas acadêmicas

Este eixo atende as Dimensões 2, 4 e 9, envolvendo ações acadêmicas e administrativas para os cursos de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu); para a pesquisa, iniciação científica, tecnológica, artística e cultural; para a extensão; difusão de produções acadêmicas; comunicação com a sociedade interna e externa; programas de atendimento a estudantes, de apoio a eventos e aos egressos; inovação tecnológica e propriedade intelectual. Com base no quadro dos pesos dos eixos para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial), anexo à Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014 a CPA entendeu como relevante tal eixo e decidiu que durante o ciclo avaliativo (2015, 2016 e 2017) os 6 itens seriam acompanhados.

3.1.1 DCNs para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena e Políticas de educação ambiental

A Univás, como de praxe, promove, anualmente, debates no Dia da Consciência Negra. Muito mais que uma data para se comemorar, entende-se que é

um momento para refletir sobre a real situação do Negro no Brasil. O Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, é marcado, na Univás, por palestras e debates promovidos pelo curso de História, cumprindo, assim, a lei federal 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Em nenhum outro momento da história, discutiu-se tanto a questão das estratégias, da ética, da responsabilidade social e da sustentabilidade, com as DCNs sobre Educação Ambiental e Direitos Humanos, entre outros temas (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, Resolução nº1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos). Tais conteúdos são oferecidos em todos os Cursos da Univás. Entre eles recortamos um objetivo proposto em um dos PPC's avaliados:

Formar profissionais dotados de valores humanísticos, com habilidades técnicas e científicas na área contábil, aptos para atuarem junto ao processo de desenvolvimento local e regional, assim como atender à demanda do mercado das demais regiões, em instituições públicas e/ou privadas, governamentais e/ou não governamentais, **com senso crítico-reflexivo, ética e cidadania**, pautando-se pela correta e eficiente contribuição profissional e pela responsabilidade socioambiental. (Grifo nosso).

Portanto, as temáticas acima, de acordo com a legislação vigente, estão contempladas em todos os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação avaliados pela CPA e, em nosso entendimento, atendem perfeitamente às orientações emanadas do MEC.

3.1.2 Análise de dados e das informações: políticas acadêmicas – eixo 3: resultado das avaliações docentes pelos discentes de ensino de graduação.

A autoavaliação, como ressaltamos anteriormente, ocorreu, de acordo com o calendário acadêmico da Universidade, durante os meses de maio/junho e outubro/novembro de 2017, ocasião em que coletamos cerca de 10.000 respostas, em média dos dois semestres para as questões referentes à avaliação dos componentes curriculares pelos discentes, tendo ocorrido uma pequena variação em

razão da nova sistemática da autoavaliação, estabelecida pela nota técnica nº65/2014, que permite uma eficácia operacional à coleta de dados para a autoavaliação.

No que se refere às médias na avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), demonstramos, de forma global e sintética as notas obtidas pelos docentes na Universidade e em cada uma das unidades, a série histórica desde sua adoção no segundo semestre de 2014, referente aos componentes curriculares ministrados em cada um dos períodos avaliados:

Evolução das médias das avaliações da CPA

Médias da	2017/2	2017/1	2016/ 2	2016/1	2015/2	2015 /1	2014 /2
Universidade	8,69	8,63	8.63	8.56	8.63	8.56.	8.41
Unidade Fátima	8,47	8,54	8.50	8.41	8.50	8.52	8.30
Unidade Central	8,91	8,72	8.76	8.71	8.76	8.60	8.52

Fonte: ACCU - Avaliação dos componentes curriculares / Disciplinas da Univás

Tais dados são resultado do percentual obtido a partir dos gráficos referentes às questões fechadas, avaliadas pelo corpo discente de cada uma das disciplinas oferecidas a cada semestre.

Adiante, apresentamos mais alguns comentários que julgamos pertinentes acerca dos resultados da autoavaliação do triênio, referente aos componentes curriculares e, conseqüentemente dos professores entre quais destacamos os seguintes:

3.1.2.1 Estratégias de ensino utilizadas pelos professores para favorecer a aprendizagem dos graduandos

Observa-se que a grande preocupação dos professores universitários é elaborar estratégias de ensino inovadoras que contribuam de forma efetiva na aprendizagem de seus alunos, de forma a torná-la mais significativa e relevante para o discente.

Logo, o trabalho docente caracteriza-se pelo desafio dos profissionais da educação em estreitar as relações interpessoais com os alunos, de modo que o

processo de ensino-aprendizagem seja articulado e que os métodos utilizados sejam eficazes.

A habilidade do professor em identificar essas lacunas e definir os processos que melhor se adaptem as características dos alunos com os quais trabalha e que considere as características dos conteúdos em discussão, poderá ter uma avaliação mais interessante.

No caso da Univás, de modo geral, nesta avaliação (2017) cerca de 72,5% (setenta e dois e meio por cento); no ano de 2016, cerca de 74,5% (setenta e meio por cento) dos alunos consideram que os professores sempre ou quase sempre utilizam estratégias que favorecem a aprendizagem. Sendo que em 2015, neste mesmo quesito, aproximadamente, 72% (setenta e dois por cento) dos respondentes avaliaram como bom e ótimo.

Com relação às disciplinas oferecidas em ambiente virtual (AVA), os alunos continuaram mais críticos ao avaliarem o mesmo quesito, visto que apresentaram 61,5% (sessenta e um e meio por cento) em 2015.

Em 2016, percebeu-se uma evolução positiva para 66%, entretanto em 2017 a média das avaliações, neste quesito, caiu para 63% (sessenta e três por cento).

3.1.2.2 Clareza de comunicação

No que se refere a este quesito, entendemos que a clareza da comunicação é o resultado que se obtém. Sem uma comunicação efetiva não há sucesso na relação professor aluno. E o sucesso da comunicação é possível apenas quando a mensagem faz sentido para ambos os lados.

As palavras produzem efeito de compreensão quando há congruência com o conteúdo da disciplina e aquilo que se diz. Esse alinhamento se revela através da voz (tom, ritmo e velocidade com que fala) e por sua expressão corporal, pois já é sabido que também o corpo significa.

No caso da autoavaliação (2017), de modo geral, 72,19 (setenta e dois inteiros e dezenove centésimos por cento), uma melhora de quase dois pontos percentuais.

Em 2016, 70,37% entendem que o professor comunica-se de forma clara, facilitando o entendimento. Na opinião dos discentes em 2015, cerca de 69,5%, (sessenta e nove inteiros e meio por cento) consideraram que os professores (as) são

entendidos pelos alunos. Enquanto que em 2014, aproximadamente 88% (oitenta e oito por cento) foram da mesma opinião.

No que se refere às disciplinas oferecidas em ambiente virtual (AVA), observamos que os alunos continuaram com o olhar mais crítico ao avaliarem o mesmo quesito, visto que apresentaram 52,5% (cinquenta e dois e meio por cento) em 2015. Em 2016 apresentou uma ligeira recuperação quando 64,5% (sessenta e quatro e meio por cento) entenderam que o professor comunica-se de forma clara, facilitando o entendimento. Em 2017, cerca de 60% (sessenta por cento) afirmaram que o professor utiliza estratégias que favorecem a aprendizagem.

Nestas condições, também sugerimos que as direções citadas anteriormente analisem o quesito acima por curso/ disciplinas a fim de estabelecer os parâmetros a serem alcançados neste item em cada curso, de acordo com o que estabelece a Nota Técnica citada acima.

3.1.2.3 Análise das avaliações dos graduandos

É esperado que o professor analise os trabalhos realizados pelos graduandos e ofereça contribuições pertinentes. Sabemos que a elaboração de um bom instrumento de avaliação começa pela intencionalidade. E essa é a primeira dificuldade, pois requer que o professor inverta a lógica com a qual trabalha cotidianamente.

O professor observa o calendário, o plano de ensino, o tempo de prova e de correção, pensa no que foi trabalhado ao longo de certo período, contudo para uma boa prova, precisamos pensar de trás para frente e perguntar o que queremos que o aluno tenha de fato aprendido. Portanto, o educador deve ter presente que a prova deve ser mais um indicador, uma informação, como um sinal de trânsito, que precisa, ser interpretada, e não meramente corrigida. Necessita conhecer previamente quais conteúdos, qual competência se quer avaliar - tecnicamente, trata-se de estabelecer os descritores.

Isso vai determinar, em grande medida, a formulação das questões e a estrutura do exame. O desenvolvimento das questões é um dos pontos que mais atrapalham os professores, não apenas pela falta de clareza de que conteúdos mais relevantes devem ser avaliados, mas pela própria linguagem. "Com frequência, a

linguagem utilizada não é clara e precisa, deixando o aluno em dúvida sobre o que o professor realmente quer como resposta", afirma Vasco Pedro Moretto, autor do livro Prova: um momento privilegiado de estudo.

Nesta avaliação (2017) aproximadamente 79% (setenta e nove por cento) consideram que o professor analise os trabalhos realizados pelos graduandos e ofereça contribuições pertinentes por ocasião das devolutivas.

Em 2016, cerca de 75% (setenta e cinco por cento) consideraram que o professor analisa os trabalhos realizados pelos graduandos e ofereça contribuições pertinentes. Na opinião dos alunos em 2015, cerca de 74,5% (setenta e quatro e meio por cento), indicam que o professor dá contribuições pertinentes aos trabalhos e demais atividades avaliativas para os alunos, enquanto em 2015, essa porcentagem era de cerca de 88% (oitenta e oito por cento).

No que se refere às disciplinas oferecidas em ambiente virtual (AVA), seguindo a tendências das avaliações anteriores, em 2017, melhorou em um ponto percentual, atingindo 63% (sessenta e três por centos) dos alunos que perceberam que o professor sempre oferece contribuições pertinentes, por ocasião das correções de avaliações. Em 2016, apenas 62% (sessenta e dois por cento) dos alunos entenderam que o professor sempre oferece contribuições pertinentes. Em 2015, 52,5% (cinquenta e dois e meio por cento) dos alunos entenderam que o professor dá contribuições pertinentes aos trabalhos.

3.1.2.4 Relevância da disciplina

No que se refere à a relevância da disciplina e a relação entre teoria e prática, nesta avaliação (2017) cerca de 84% (oitenta e quatro por cento); em 2016 aproximadamente, 81% (oitenta e um por cento) dos alunos entendem que o professor revela na prática docente o significado e a importância da disciplina.

Em 2015, o quesito inerente ao desenvolvimento da disciplina, quando o professor deve revelar, na prática docente, seu significado e sua importância para a formação do futuro profissional, cerca de, 80% (oitenta por cento) dos avaliadores consideraram-no bom e ótimo,

Entretanto, em 2016, cerca 3% (três por cento) consideraram que a prática docente não revela o significado e a importância da disciplina. Em 2017, apenas 1,33% (um e trinta e três por cento) fizeram tal registro, o que é bastante positivo.

3.2 Eixo 5 : Infraestrutura física

Nesta seção pretende-se analisar dados da estrutura física e de recursos tecnológicos e serviços em geral, verificando a compatibilidade com as necessidades da Univás e salientando as prioridades apresentadas pela comunidade acadêmica nas sugestões, por ocasião das coletas de dados, por meio de questões específicas coletadas por ocasião da autoavaliação de 2017. Considerando a grande quantidade dos itens, optamos em reproduzir o resultado nas tabelas abaixo, por si só, explicativas.

Avaliação dos discentes

Item	Ótimo/bom %	Regular %	Insuficiente %	NSA %
Instalações administrativas	81	15,6	2,59	0,95
Salas de aula.	67	25,36	7,29	0,37
Auditório	61,70	25,52	10,94	1,85
Espaços para atendimento aos alunos.	71,15	22,24	5,39	1,22
Instalações sanitárias	81,72	14,21	3,91	0,16
Biblioteca: Infraestrutura física.	83,52	12,89	3,22	0,37
Biblioteca: serviços e informatização.	83,10	12,68	3,75	0,48
Biblioteca: plano de atualização do acervo.	76,81	16,11	5,18	1,90
Salas de apoio de informática ou equiva.	75,49	12,12	5,65	0,74
Recursos de tecn. informação e comun.	75,86	17,43	5,44	1,27
Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	72,69	18,86	6,76	1,69

Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços	75,81	16,85	5,55	1,80
Espaços de convivência e de alimentação.	70,00	19,44	9,88	0,69
Acessibilidade	82,19	13,05	3,80	0,95

Avaliação dos docentes

Item	Ótimo/bom%	Regular %	Insuficiente %	NSA %
Instalações administrativas	73,40	22,17	3,45	0,49
Salas de aula.	66,99	28,57	4,43	-
Auditório	46,31	34,98	18,72	-
Sala dos professores	84,72	8,87	5,91	0,49
Espaços para atendimento aos alunos.	40,89	23,65	32,02	3,45
Infraestrutura para CPA	65,03	15,27	4,43	15,27
Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral	39,41	14,78	19,70	26,11
Instalações sanitárias	82,75	14,78	2,46	-
Biblioteca: Infraestrutura física.	80,79	13,79	4,43	0,49
Biblioteca: serviços e informatização.	80,79	11,82	5,42	1,97
Biblioteca: plano de atualização do acervo	56,16	27,09	11,33	5,42
Salas de apoio de informática ou equivalente	67,98	24,63	5,91	1,48
Recursos de tecn. informação e comun.	71,92	20,20	6,40	1,48
Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	63,55	23,15	8,87	4,43
Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços	68,96	20,69	5,42	4,93
Espaços de convivência e de alimentação.	69,46	24,63	5,91	-
Acessibilidade	75,86	12,81	9,85	1,48

Avaliação dos técnicos administrativos

Item	Ótimo/bom %	Regular %	Insuficiente %	NSA %
Instalações administrativas	79,10	16,42	2,99	1,49
Salas de aula.	75,72	17,91	1,49	4,48
Auditório	61,16	25,37	13,43	-
Sala dos professores	76,12	10,45	1,49	11,94

Espaços para atendimento aos alunos.	70,15	17,91	4,48	7,46
Infraestrutura para CPA	70,15	11,94	4,48	13,43
Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral	64,18	10,45	4,48	20,90
Instalações sanitárias	82,09	8,96	8,96	-
Biblioteca: Infraestrutura física.	85,97	10,45	1,49	1,49
Biblioteca: serviços e informatização.	88,06	7,46	2,99	1,49
Biblioteca: plano de atualização do acervo	68,66	11,94	2,99	16,42
Salas de apoio de informática ou equivalente	73,14	16,42	5,97	4,48
Recursos de tecn. informação e comunica.	74,60	16,42	4,48	7,46
Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	73,13	13,43	7,46	5,97
Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços	71,64	16,42	4,48	7,46
Espaços de convivência e de alimentação.	56,71	20,90	19,40	2,99
Acessibilidade	64,18	31,34	4,48	-

3.2.1 Análise de dados e das informações: Instalações administrativas

Política de formação e capacitação docente para 62% dos professores é considerada boa ou ótima, enquanto 27% consideram-na regular e 10% insuficiente, apesar de todo esforço de capacitação empreendido pela instituição. Quanto à Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo, apenas 49% consideram a política boa ou ótima, sendo que 30% a consideram regular. Sendo que, o mesmo número que a consideraram ótima, isto é, 14,49% a classificam como insuficiente.

Relativamente à gestão institucional a avaliação é mais alvissareira, pois cerca de 83% dos docentes a consideram boa ou ótima, enquanto 90% dos técnicos administrativos a consideram boa ou ótima.

Sistema de registro acadêmico foi considerado bom e ótimo por 76% dos professores e 68% dos técnicos.

Em relação à sustentabilidade financeira, com a data de pagamento de salários, cerca de 96% dos professores e técnicos consideram bom e ótimo, uma vez que não há atrasos.

Entretanto, para a coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo, apenas 51% consideram bom ou ótimo, sendo que 40% o classificam como regular ou insuficiente.

Neste mesmo quesito em relação aos docentes cerca de 47% dos professores consideram boa ou ótima, enquanto 47% classificam a coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente como regular ou insuficiente.

Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional, analisaremos esse item a partir do relatório do auditor externo em seção específica acerca da sustentabilidade financeira, mais adiante.

Nessas condições, procurando identificar o perfil da Univás e, ainda, objetivando facilitar a leitura dos resultados da autoavaliação que o corpo docente realiza semestralmente quanto ao desempenho docente em sala de aula, a CPA desenvolveu, juntamente com a gerência de informática, um sistema para o cálculo dos resultados obtidos, em forma de nota, que apenas o professor tem acesso, a fim de permitir uma tomada de consciência de seu trabalho em sala de aula.

Este processo vem sendo disponibilizado desde de 2014, que, para constar, apenas como exemplo, reproduzimos abaixo um recorte da tela que é visualizada somente pelo docente, conforme estabelecido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Médias na Avaliação da CPA

Descrição do item avaliado	2017	2016	2015
Média da Universidade	8,63	8.56	8.56
Unidade Fátima	8,54	8.41	8.52
Ciências Contábeis - Bacharelado	8,69	8.36	8.40
1º Período	9,02	8.49	8.51
Contabilidade Geral I	8,98	8.85	8.65

Fonte: ACCU - Avaliação dos componentes curriculares / Disciplinas da Univás - 1º Semestre de 2017/2015 – autorizado pelo professor.

Os critérios de avaliação respeitam um valor pré-estipulado em porcentagem, ou seja, é feita uma média referente a universidade, unidade, curso e disciplina, por meio dessa média verifica o percentual acima ou abaixo, do que se pretende analisar.

Na visão do professor, as notas são obtidas por dados quantitativos por meio das avaliações feitas pelos alunos qualitativamente.

Relembramos que os resultados da autoavaliação institucional desenvolvida pela CPA continuam sendo sigilosos e jamais poderão ser utilizados como instrumento para retaliação de quem quer que seja, lembrando que o objetivo principal do CPA é contribuir para a melhoria da qualidade no desempenho profissional docente, melhorias na Instituição e, conseqüentemente, no processo ensino aprendizagem dos alunos em estrito atendimento o que determina o § 1º do artigo 1º da Lei 10.861/2004:

O SINAES tem por finalidades a **melhoria da qualidade da educação superior**, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Grifo nosso).

As constantes melhorias da educação da vivenciadas pela universidade são evidenciadas no quadro acima e permiti-nos inferir que essa finalidade preconizada pelo Sinaes é plenamente atingida com a evolução crescente das médias na avaliação da CPA.

3.2.2 Organização e Gestão da Instituição

Fazemos referência ao decreto 9057, de 25/05/2017 e o decreto 9235, de 15/12/2017 para entender a evolução e as modificações atuais no funcionamento da organização administrativa da instituição e nas políticas de gestão que nos colocam diante de fenômenos relacionados ao ensino, à aprendizagem, à gestão, à avaliação, entre outros.

São fenômenos que se apresentam de modo interligado, mas que suscitam análise das funções que a autoavaliação cumpre na prática educativa como um meio de sensibilização para uma busca contínua da melhoria da qualidade dos serviços prestados pela IES.

Entretanto, o uso que os gestores da IES pesquisada fazem dos resultados da autoavaliação, os quais lhes são entregues em forma de relatórios, é de fundamental importância por conta da implementação do Relato Institucional.

Além da avaliação e da aderência das ações da IES ao seu PDI, os fóruns de coordenadores e outras reuniões realizadas sob a égide de uma gestão participativa, permitiram, também, a análise crítica de várias atividades, gerando o diagnóstico e debates de questões consideradas prioritárias, principalmente a partir das questões levantadas pela CPA e encaminhadas aos órgãos competentes para elaboração de ações corretivas (5W2H), bem como sua socialização para a comunidade acadêmica.

Algumas dessas, e outras questões propostas são apresentadas adiante. Segundo o relatório de avaliação externa de credenciamento de 21/6/2010 “a gestão da Univás funciona adequadamente, tendo conselho universitário e o conselho de ensino pesquisa e extensão como órgãos consultivos e a Reitoria e as Pró-Reitorias como órgãos executivos”.

Entretanto, a CPA entende que necessita-se aprofundar o acompanhamento das recentes estratégias e regulamentações para facilitar o planejamento das Unidades. Embora algumas dessas ações já tenham sido preconizadas na elaboração do PDI, elas devem ser acompanhadas e incentivadas pelas Direções Acadêmicas e Coordenadores de Cursos para, na próxima avaliação, ser alvo de verificação de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, emitido pelo MEC/INEP.

3.3 Ações corretivas com base na análise de resultado

Em relação às ações avaliativas voltadas ao aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos diferentes cursos, a CPA realizou um estudo aprofundado de todas as manifestações de professores e estudantes registradas a partir de uma questão aberta apresentada no questionário de autoavaliação das disciplinas que possibilitava aos participantes versarem sobre as condições de infraestrutura na Univás.

A análise de aproximadamente 6400 manifestações da questão aberta, somente no ano de 2017. Ensejou ações corretivas para as manifestações que cabem melhorias a partir da ótica dos responsáveis pela gestão e são objetos de ações corretivas naquilo que couber, por meio do formulário 5W2H, referido anteriormente. A autoavaliação possibilita ainda uma visão mais categórica de seus pontos fortes.

Levando-se em consideração a dimensão formativa da avaliação e informativa no processo de ensinar e aprender, como base na compreensão do alunado em suas

inserções de classe social, de gênero e de religião, em suas expressões de valores sociais, culturais, ideológicas e étnico-raciais.

3.4 Sustentabilidade financeira

Segundo as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em suas notas explicativas, a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com atividade preponderante na área de Educação, conforme o artigo 1º do Estatuto Social.

Entidade integrante do poder público, como de Utilidade Pública Federal, conforme parecer nº 299/04, com base na Lei 91/35 e Decreto 50.517/61, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 13.115, de 06 de novembro de 1970, com Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei Municipal nº 3111, de 10 de abril de 1996.

Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º: Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural;

Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência;

Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade;

Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

Segundo opinião exarada pelos auditores externos: “as demonstrações financeiras da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado (superávit), do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis”.

E continuam: “em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

Na elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis e Resolução nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002.

A organização e a gestão econômico-financeira da instituição encontram-se centralizados na mantenedora, especialmente no que se refere ao orçamento, à contabilidade, à alocação de recursos para o desenvolvimento e à perenidade da universidade. E, devido a isso, há uma articulação permanente entre a Reitoria da Univás e a Direção Executiva da Fuvs.

Desta forma, é possível verificar que a saúde financeira da instituição, bem como a coerência das práticas contábeis, seguem rigorosamente os princípios de contabilidade em vigor no Brasil e, ainda, destacando a boa administração do fluxo de caixa da instituição, principalmente, no que se refere aos pagamentos de salários rigorosamente efetuados nas datas aprezadas. O parecer do Conselho Fiscal da Fuvs (anexo), por si só ratifica o parecer dos Auditores Externos por atestarem as demonstrações financeiras.

3.5 Resultados da autoavaliação externa e sua integração/comunicação com a Sociedade

Situada no centro da mesorregião sul de Minas Gerais, Pouso Alegre situa-se numa área estratégica e de acesso aos três maiores centros de produção e consumo

do País, pois está a 200 km de São Paulo, a 385 km de Belo Horizonte e a 390 km do Rio de Janeiro. Esta posição é privilegiada, por estar ligada à BR 459 e à BR 381, pela circulação de mercadorias e por ser o corredor do transporte de 20% da produção industrial de Minas Gerais e São Paulo.

No que concerne à comunicação externa é conduzida principalmente por meio das áreas de atividades a seguir: A participação de membros da comunidade externa nos colegiados superiores (Consuni e Consepe), como indicado no Estatuto, na Comissão Própria de Avaliação - CPA, na Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social – Colap, do Programa Universidade para Todos - ProUni;

Ouvidoria, órgão ligado à Presidência da Fuvs e à Reitoria da Univás, canal de comunicação para acolhimento das manifestações da comunidade interna e externa;

As atividades relativas ao curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, dentre as quais a Agência de Publicidade Carijó, a Revista Digital Reuni e as várias atividades de extensão, como assessoria de comunicação para várias organizações (SOS Fraldas, Gerência Regional de Saúde, Casa São Rafael, APAC, Aldeia Viramundo, Casa Dia, APAE, CPA etc);

O Canal TV Fuvs, canal de comunicação com a comunidade, mantendo um contato direto com a região, o estado e o mundo, sejam por intermédio da televisão ou via internet. Disponibiliza aos internautas entrevistas e reportagens que envolvem as unidades mantidas pela Fuvs, dentre elas a Univás;

Por outro lado, no que se refere à comunicação da Univás com a sociedade e com a comunidade acadêmica, cerca de 70% (sessenta por cento) dos professores responderam que a consideram boa ou ótima, sendo que apenas 8% (oito por cento) dos respondentes a consideraram insuficiente.

Quando a comunidade externa é indagada em que nível classifica os meios de comunicação utilizados pela Univás para informar a nossa sociedade sobre sua atuação no Ensino, Pesquisa e Extensão, cerca de 70% também classificam em bom e ótimo e 20% dois respondentes como regular.

Quando indagamos para a comunidade externa como classifica a contribuição da Univás para o desenvolvimento econômico e social da região, 81% classificam que é boa e ótima.

Quanto à participação da Univás desde a sua fundação a incorporou valores significativos à comunidade regional. Que para 85% dos respondentes externos representou uma participação boa e ótima.

A imagem pública da Univás na região foi considerada por 84% como boa e ótima. Em relação à infraestrutura construída para educação superior de qualidade, aproximadamente 71% consideram bom e ótimo. Enquanto que em relação ao Hospital Samuel Libânio cerca de 81% avaliam em bom ou ótimo os serviços do hospital.

Retomamos a indagação da importância da Univás para a região de uma forma geral e os respondentes, afirmaram que é muito importante 57% e importante 34%. Parece haver certa discrepância entre a questão que avalia a contribuição da Univás para o desenvolvimento econômico e social da região quando 81% classificaram tal importância como boa ou ótima.

No que se refere ao conhecimento das atividades de responsabilidade social da Univás, 57% dos respondentes afirmaram conhecer, contra 39% que afirmaram desconhecer. De todas as questões a que mais chamou a atenção foi o desconhecimento por parte da população dos programas de mestrado e doutorado da Univás, cerca de 81% dos respondentes desconhecem.

3.6 Política de atendimento ao discente

Em relação ao apoio ao discente a coordenação do curso é o principal orientador acadêmico dos estudantes, das questões acadêmicas gerais, em seus interesses e dificuldades, como motivação para pesquisa e extensão, possibilidades de atividades complementares, questões pedagógicas mais específicas (orientação da matrícula, dificuldades com professores e colegas, dificuldades de acompanhamento de componentes curriculares, dificuldades de aprendizagem etc.).

Para o apoio ao discente, a instituição também oferece os serviços de Ouvidoria (canal de comunicação das manifestações da comunidade interna e externa) e psicopedagógico. E estrutura ações de nivelamento, recuperação, atividades práticas supervisionadas, inclusão e monitoria.

A instituição oferece programas com bolsas de pesquisa: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID (CAPES); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Univás – PIBIC/UNIVÁS; Programa de Bolsas de Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG.

A Instituição oferta bolsas do ProUni (programa do Governo Federal) e aderiu ao Financiamento Estudantil – FIES, do Ministério da Educação. Nesta linha, também criou, com previsão de implantação em 2017, o Crédito Educativo FUNDACRED/UNIVÁS.

Para maior inclusão econômica dos seus estudantes, a Univás criou os seguintes programas de descontos: “Talentos do Futuro”, em duas maneiras: para Ingressantes e para Veteranos, funcionando em sistema de meritocracia; “Mais UNIVÁS” – Para ex-alunos; “Futuro em Família” (para ingressantes de um mesmo grupo familiar); “UNIVÁS em Dose Dupla” (para alunos que fizerem simultaneamente dois cursos); “Meu Professor Merece” (para professores de ensino fundamental e médio que são indicados pelos alunos que conseguiram o primeiro lugar em cada curso no vestibular); e “Empresa Amiga” (convênios com empresas e associações).

No que concerne ao nivelamento é desenvolvido nos cursos mediante a identificação de alunos, principalmente ingressantes, com defasagem de aprendizagem e/ou conteúdo. Nessa linha, cada professor é capaz de identificar aqueles que necessitam de maior atenção, propondo a eles reforço de conteúdo a fim de que atinjam o nível desejado juntamente com a classe.

Além disso, a Pró Reitoria de Graduação – Prograd - oferece, na modalidade à distância, um programa de nivelamento institucional em leitura e interpretação de textos, considerando que através do exercício de aplicação da língua portuguesa, bem como das variadas possibilidades de interpretação de um texto, o aluno desenvolve outras habilidades de raciocínio lógico.

Espera-se, dessa forma, que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores.

Em relação à recuperação, tendo em vista o sistema continuado de avaliação, a recuperação é implementada no decorrer do semestre, em atendimento ao aluno que for considerado defasado em relação ao aproveitamento geral da classe. São utilizados procedimentos como a realização de tarefas complementares ou sínteses dos conceitos estudados, que possibilitem melhor compreensão do conteúdo e envolvimento com o componente curricular.

Quanto às Atividades Práticas Supervisionadas (APS), no âmbito da Univás, são regidas por regulamento próprio, aprovado pelo Consepe, e preveem a realização de trabalho efetivo discente para a complementação de carga horária dos componentes curriculares, desde que previstas no plano de ensino. Nessa

perspectiva, podem ser consideradas APS's: visitas técnicas e viagens de estudo; pesquisas de campo e bibliográfica; realização de experimentos; desenvolvimento de projetos; desenvolvimento de trabalhos acadêmicos individuais e em grupo; desenvolvimento de Iniciação Científica; produção de relatórios, artigos científicos, memoriais; estágios não obrigatórios vinculados ao objeto de estudo da disciplina; atividades em laboratórios; oficinas; estudos de casos; seminários; práticas de ensino.

Relativamente à monitoria, o Curso propõe a atividade de Monitoria como uma experiência prático-pedagógica de caráter técnico-pedagógico que amplia e diversifica oportunidades de aprendizagem. Pela monitoria, o estudante, além de ser estimulado ao aperfeiçoamento de conhecimentos de determinada área, auxilia seus pares na sua formação.

A atividade de Monitoria, no âmbito da Univás, é regida por regulamento aprovado em Consepe. O acesso à monitoria ocorre por processo seletivo aberto pela Direção da Unidade Acadêmica que, por meio de edital, no mês em que se inicia o ano ou semestre letivo, divulga os componentes curriculares oferecidos, as vagas ofertadas, o horário semanal e o cronograma de atividades de monitoria, bem como o critério de seleção.

A Univás disponibiliza para todos os cursos o serviço psicopedagógico realizado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico, órgão de apoio acadêmico vinculado à Prograd, que tem como objetivo apoiar os alunos no desenvolvimento de seus cursos de graduação na busca da democratização de sua permanência, integração e participação e, além disso, realiza o trabalho por meio de atendimento psicológico e psicopedagógico ao discente.

Quanto as ações de inclusão ressaltamos que além da constante adequação de instalações para garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, a Univás prevê, em seu Regimento Geral, a concessão de prorrogação de integralização curricular aos portadores de deficiências físicas ou afecções que importem em limitação da capacidade de aprendizagem. Para os casos que se relacionem à Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, a Univás está preparada para analisar cada caso e atendê-lo dentro do exigido pela lei.

Alocado junto à Prograd, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NinA) desenvolve uma política que não só preveja a facilidade de acesso da pessoa com deficiência e seu êxito nos estudos, mas também o acesso e permanência dos todos

os alunos, indistintamente, na instituição, prevendo ações, dentre outras, que facilitem o convívio e a aproximação com o mercado de trabalho, ciente de suas habilidades e responsabilidades de cidadão pleno.

O NInA é um Núcleo que reúne pessoas do quadro de docentes e colaboradores da Univás dispostos a apresentarem e executarem projetos que visem a efetivação de ações voltadas à inclusão e acessibilidade, tanto de alunos, quanto de colaboradores da IES. De forma geral, são objetivos do NInA:

a) colaborar para a formação e sensibilização da comunidade acadêmica sobre temas ligados à inclusão e acessibilidade;

b) propor projetos de aquisição de recursos e tecnologias assistivas para o acesso aos espaços, ambientes, ações e processos educativos desenvolvidos na instituição;

c) conscientizar a comunidade acadêmica do direito das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, bem como da igualdade de condições nas diferenças entre gênero, credo, etnia, cultura, orientação sexual, classe social e nacionalidade;

d) oferecer apoio por meio de soluções para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, promovendo o ingresso, acesso e permanência do aluno no ambiente universitário;

e) orientar as coordenações dos cursos de graduação da Univás na adequação curricular em atendimento às especificidades do estudante com necessidade educacional especial, quando necessário;

f) promover cursos, eventos e palestras voltados à exposição e discussão de assuntos relacionados a questões de acessibilidade e inclusão, como forma de abarcar as contribuições e promover a conscientização da importância do tema no ambiente acadêmico.

Presente em todas as discussões o Perfil do Egresso se fundamenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas orientações do Projeto Pedagógico Institucional - PPI, a Univás tem por objetivo formar “indivíduos éticos, socialmente responsáveis e competentes que possam ser elementos de transformação social na construção de um mundo sempre mais justo, livre e democrático” tornando-os aptos para participar do desenvolvimento da sociedade, por meio da pesquisa e da investigação científica.

Por este motivo, o Egresso da Univás, nas diversas áreas de formação, deve ser um profissional diferenciado no mercado, deve reunir todos os instrumentos de aprendizados e apresentar uma considerável base de informação e formação, com capacidade para desenvolver projetos completos, com consciência e qualidade.

Ao final de sua trajetória acadêmica deve ser um cidadão consciente de seus direitos e deveres para com a sociedade, pautando-se por atitudes éticas, políticas e humanísticas e ser capaz de inserir-se no âmbito das mudanças sociais.

A formação acadêmica deve dar-lhe condições para o exercício de uma profissão e capacidade para identificar problemas relevantes em sua realidade, permitindo-lhe avaliar e oferecer diferentes posicionamentos frente a essa problemática. Deve buscar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, além do aperfeiçoamento cultural permanente e ter condições de realizar conexões entre ensino, pesquisa e extensão quando estimulado e também por iniciativa própria.

A Univás possui egressos atuando nas mais diversas esferas sociais e, por isso, entende que a relação com seus ex-alunos precisa ser estimulada constantemente, por meio de acompanhamento, bem como com o oferecimento de oportunidades de formação continuada. Este acompanhamento permite avaliar os resultados do desempenho da Univás no processo de formação e na transformação social.

A Univás entende que é imprescindível manter um adequado relacionamento com seus egressos, por meio de redes sociais e interatividade virtual, além da aplicação de questionários, com coleta de informações sobre satisfação com os serviços que lhe foram proporcionados, empregabilidade e desenvoltura frente às exigências do mercado de trabalho. Além disso, entende que é importante manter um sistema integrado de avaliação que abranja todas as dimensões de avaliação do Sinaes. Acima de tudo, considera o egresso como sujeito fundamental no processo de construção da Univás.

4 EXAME NACIONAL DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES – ENADE

INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2008 A 2016				
Universidade do Vale do Sapucaí - Pouso Alegre – MG				
Ano Enade	Área	Sub Área	Conceito Enade	Conceito Preliminar Curso
2014	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS		3	3
2014	HISTÓRIA		3	3
2014	MATEMÁTICA		3	3
2014	PEDAGOGIA		2	3
2014	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		3	3
2014	TECNOLOGIA EM GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL		3	3
2014	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO		2	3
2015	ADMINISTRAÇÃO		3	3
2015	CIÊNCIAS CONTÁBEIS		4	4
2015	COMUNICAÇÃO SOCIAL	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2	2
2015	PSICOLOGIA		3	3
2015	TECNOLOGIA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		2	3
2016	EDUCAÇÃO FÍSICA		3	3
2016	ENFERMAGEM		3	3
2016	FARMÁCIA		3	3
2016	FISIOTERAPIA		4	3
2016	MEDICINA		3	3
2016	NUTRIÇÃO		3	3

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>

4.1 Conceitos de Curso

CONCEITOS DE CURSO (CC)							
Obtidos a partir de avaliações <i>in loco</i>							
Curso de Graduação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração	3						
Ciências Contábeis	3						
Enfermagem				4			
Engenharia de Produção	3				3		
Farmácia				4			
Fisioterapia							4
Gastronomia							3
Gestão da Produção Industrial	4						
Gestão de Recursos Humanos	3						
Hotelaria		3					
Matemática				4			
Medicina		3	(Supervisão)				
Nutrição				4			
Pedagogia	4						
Psicologia		4					
Credenciamento EAD							4

Fonte: Relatórios de Avaliação *in loco*.

5 ATIVIDADE DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Univás, à semelhança das demais universidades que mantém cursos de pós-graduação, está submetida às normas da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para a recomendação dos cursos. A Capes pratica a avaliação trienal, cujo sistema atribui conceitos de 1 a 7 a cada programa por área do conhecimento avaliada. Segundo dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - Proppes, a Univás encerrou o ano de 2017 com quatro mestrados e um doutorado.

No que se refere aos resultados da autoavaliação, doze alunos participaram, avaliando positivamente os quesitos, com indicações acima de 70% (setenta por cento) sobre o fato da Univás atender os requisitos necessários sempre ou quase sempre. Cursos oferecidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa:

Quantidade de Cursos oferecidos

<i>Modalidade</i>	<i>Nº de Curso</i>
<i>Stricto Sensu</i>	05
<i>Lato Sensu</i>	45

Fonte: PROPPES

Número de docente

<i>Modalidade</i>	<i>Nº de docente</i>
Stricto Sensu	57 Docentes permanentes 4 Docentes colaboradores
Lato Sensu	35 Docentes da Universidade 46 Docentes Convidados

Fonte: PROPPES

Número de bolsas oferecidas pela Univás por modalidade

<i>Modalidade</i>	<i>Nº de bolsas</i>	
<i>Stricto sensu</i>	Bolsa da FAPEMIG – Programa de Apoio a Pós Graduação	8
	CREDIES – 40%	6
	Desconto Bolsa de Estudos – Univás Virtual – TUTORIA	13
	Desconto CNEC – Campanha Nac Escolas da Comunidade – 15%	7
	Desconto Convênio IFSULDEMINAS – 15%	9
	Desconto Taxa Escolar PROSUP / CAPES	5
	Desconto SAAE – Sind. Aux. Adm. Escolar – 50%	4
	Desconto SAAE – Sind. Aux. Adm. Escolar – 20%	2
	Desconto SAAE – Sind. Aux. Adm. Escolar – 25%	4
	Desconto SAAE – Sind. Aux. Adm. Escolar – 30%	1
	Desconto SAAE – Sind. Aux. Adm. Escolar – 40%	2
	Desconto SPRO – Sindicato dos Professores – 30%	1
	Desconto SPRO – Sindicato dos Professores – 50%	9
	Dexa – Desconto para ex-alunos 3%	2
	DFUN – Desconto funcionário por tempo de serviço	15

<i>Lato sensu</i>	Bolsa Assist. Social – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de Pouso Alegre – 50%	1
	Desc. Bolsa de Estudos Univás Virtual – TUTORIA	1
	Desconto SAAE – Sind. Aux. Adm Escolar - 50%	3
	Desconto SAAE – Sind. Aux. Adm Escolar – 40%	3
	Dexa – Descontos para ex-alunos – 10%	22
	DFUN – Desconto funcionário por tempo de serviço – 30%	8

Fonte: PROPPES

Programas de Iniciação Científica oferecidos em 2017

<i>Programas</i>	<i>Nº de Bolsas</i>
PROBIC	40
PIBIC	16
PIBIC Voluntário	61 (sem remuneração)
BIC-JR	15
PIBID	36

Fonte: PROPPES

Processo Seletivo para os Programas de Iniciação Científica

<i>Programas</i>	<i>Datas</i>	<i>Nº de inscritos</i>	<i>Relação Inscritos/vagas</i>
BIC-JR	26 de junho a 15 de julho de 2017	19	1,26
PROBIC	21 de agosto a 11 de setembro de 2017	70	1,75
PIBIC com bolsa	9 a 23 de outubro de 2017	87	5,43
PIBIC Voluntário	9 a 23 de outubro de 2017	87	1,42
PIBID – Docência	31 de março a 5 de abril 2017	23	0,63
	7 e 8 de agosto de 2017		
	28 de novembro a 1º de dezembro de 2017		

Fonte: PROPPES

Evolução da relação de inscritos/vagas nos processos seletivos realizados para o Programa PIBIC, no período de 2011 a 2017.

<i>Anos</i>	<i>Nº de bolsas</i>	<i>Nº de inscritos</i>	<i>Relação inscritos/Bolsas</i>
2011	16	88	5,5
2012	16	58	3,62
2013	16	111	6,93
2014	16	72	4,50
2015	16	107	6,68

2016	16	86	5,38
2017	16	87	5,43

Fonte: PROPPES

Evolução da relação de inscritos/vagas nos processos seletivos realizados para o Programa PROBIC, no período de 2011 a 2017

Anos	N° de vagas	N° de inscritos	Relação inscritos/Vagas
2011	30	60	2,00
2012	34	66	1,94
2013	34	84	2,50
2014	40	82	2,05
2015	40	76	1,90
2016	40	104	2,60
2017	40	70	1,75

Fonte: PROPPES

Evolução da relação de projetos inscritos nos processo seletivos realizados para o Programa BIC JÚNIOR, em 2011 a 2017.

Anos	N° de projetos inscritos	N° de projetos selecionados	Relação inscritos/selecionados
2011	19	15	1,26
2012	22	15	1,46
2013	21	15	1,40
2014	16	15	1,06
2015	16	15	1,06
2016	17	15	1,13
2017	19	15	1,26

Fonte: PROPPES

6 ANÁLISE GLOBAL EM RELAÇÃO AO PDI E AOS EIXOS

A presente seção tem como escopo as exigências apresentadas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N.º 62, que objetiva ser uma ferramenta para acompanhamento e verificação do posicionamento da instituição frente aos resultados de avaliação interna e externa constante deste relatório integral e as 12 metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, associadas aos Eixos que

contemplam as dimensões do Sinaes/MEC. As quais são apresentadas abaixo, de forma sintética, sendo que o relatório analítico encontra-se à disposição dos avaliadores externos na CPA:

Meta 1 - Eixo 01: Planejamento e Avaliação, Eixo 2: Desenvolvimento Institucional e Eixo 3: Políticas acadêmicas - integrar a Univás com a comunidade local, regional, nacional e internacional:

Realização de 356 eventos via Extensão, dos quais se destacam:

XIV Congresso de Iniciação Científica e III Feira de Ciências e Tecnologia, com cerca de 5.500 participantes

IV Jornada Internacional "Interpretação e Condições de produção, com a Conferência "As condições de produção do discurso em questão", ministrada pelo Prof. Dr. Paul Henry (Centro de Pesquisas de Ciências Humanas e Sociais de Paris);

A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica), traduzem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social.

Meta 2 - Eixo 2: Desenvolvimento Institucional e Eixo 3: Políticas acadêmicas - credenciar a Univás, no Ministério da Educação, em Educação a Distância *Lato Sensu*, possibilitando a criação de cursos à distância e novos cursos presenciais e otimizar as formas de acesso.

Projeto aprovado conforme Portaria MEC nº 1.420, de 9 de novembro de 2017, do Diário Oficial da União, para o curso Pós-graduação a Distância em Gestão Educacional: Planejamento Educacional, Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Administração e Inspeção Escolar;

Implementação dos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* a distância especialização em Gestão Educacional: Planejamento Educacional, Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional, Administração e Inspeção Escolar.

Meta 3 - Eixo 3: Políticas acadêmicas e Eixo 5: Infraestrutura - prover a Univás de infraestrutura necessária para a implantação dos cursos à distância, dos novos cursos presenciais e atendimento das demandas.

Infraestrutura própria para gravação das videoaulas e plataformas para alunos; Professores altamente qualificados.

A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Meta 4 - Eixo 3: Políticas acadêmicas - estruturar e atualizar continuamente os projetos pedagógicos dos cursos.

Criadas coordenadorias, comissões, núcleos e o Conselho de Graduação, que vêm desenvolvendo um trabalho técnico pedagógico em prol do atendimento ao PDI e ao PPI.

Reestruturados todos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a fim de adequá-las às diretrizes curriculares nacionais e à filosofia da Instituição.

Meta 5 - Eixo 4 – Políticas de gestão - Propor e implementar políticas de remanejamento e enquadramento funcional do Pessoal Técnico-Administrativo e dos Docentes.

Em certa medida vários professores foram remanejados e enquadrados nos diversos cursos *stricto sensu* da Universidade, bem como, na graduação, com promoções para coordenação entre outros cargos da IES.. Quanto ao pessoal técnico - administrativo, foram desenvolvidos programas em EAD - Educação a distância do PRONID - Programa de nivelamento discente que também é aberto à toda a comunidade acadêmica, incluindo funcionários técnico-administrativos e professores e o PROAD - Programa de Atualização Docente.

Meta 6 - Eixo 4 – Políticas de gestão - promover a capacitação e a qualificação dos colaboradores docentes e técnico-administrativos.

Docentes participaram em diversos fóruns do MEC, ENADE, CONAES. Bem como de diversos cursos de capacitação e atualização. Oficina de Lideres oferecida aos colaboradores técnico administrativo. Dois colaboradores técnicos-administrativos participaram de capacitação da CAPES na USP; Participação no MEC de treinamento sobre o preenchimento do Aplicativo para Cursos Novos (APCN).

A CPA entende que a política de capacitação docente e formação continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas consolidadas, instituídas e que necessitam de mais divulgação.

Meta 7 - Eixo 2: Desenvolvimento Institucional e Eixo 3: Políticas acadêmicas - expandir as pesquisas científicas vinculadas aos cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Diversos contatos com Instituições Internacionais, visando estabelecer convênios de pesquisa e melhor internacionalização de nossa Instituição;

Por meio dos Programas de IC e Iniciação à docência: PROBIC/FAPEMIG, PIBIC/UNIVÁS (com bolsa e voluntário), BIC Jr. e PIBID/CAPES; Oferta de 15 bolsas de BIC Jr/ FAPEMIG, 40 bolsas IC FAPEMIG, 16 bolsas IC / UNIVÁS, 36 bolsas de iniciação a docências CAPES e 61 pesquisas voluntárias;

Treze grupos de pesquisas cadastrados no CNPq da área de educação e saúde e aumento de produção científica;

Dois comitês de Ética em pleno funcionamento.

Meta 8 - Eixo 3: Políticas acadêmicas e Eixo 5: Infraestrutura física - Ampliação do acervo bibliográfico.

Recebemos cerca de 1.000 exemplares em doação;

Foram adquiridos aproximadamente 200 exemplares.

Meta 9 - Eixo 2: Desenvolvimento Institucional. Eixo 3: Políticas acadêmicas - promover a socialização dos conhecimentos produzidos e acumulados na Univás.

Divulgação das pesquisas desenvolvidas na UNIVÁS no Brasil e Exterior.

Produções bibliográficas 2017 MPCAS:

42 artigos em periódicos (resumo e completo), 13 livros (capítulos e organizações), 54 trabalhos em anais (resumo e completo).

Produções técnicas 2017 MPCAS:

72 apresentações de trabalho, 03 cursos de curta duração, 04 desenvolvimentos de aplicativo, 01 desenvolvimento de material didático e

instrucional, 01 desenvolvimento de produto, 09 organizações de evento, 05 patentes, 11 serviços técnicos.

Produções bibliográficas 2017 PPGCL:

95 apresentação de trabalho, 17 curso de curta duração, 3 editoria, 01 relatório de pesquisa, 28 organização de evento, 70 serviços técnicos. 1 Exposição de arte visual.

Produções bibliográficas 2017 ME:

21 artigos em periódicos (resumo e completo), 37 livro (capítulos e organizações), 13 trabalho em anais (resumo e completo), 04 outros.

Produções técnicas 2017 ME:

42 apresentações de trabalho, 03 cursos de curta duração, 01 relatório de pesquisa, 15 organizações de evento, 22 serviços técnicos, 07 programas de rádio ou tv.

Produções bibliográficas 2017 MB:

22 artigo em periódico (resumo e completo), 22 livro (capítulos e organizações), 39 trabalho em anais (resumo e completo), 01 artigo em jornal ou revista.

Produções técnicas 2017 MB:

78 apresentação de trabalho, 02 curso de curta duração, 21 organização de evento, 23 serviços técnicos, 03 programa de rádio ou tv e 01 música.

Meta 10 - Eixo 3: Políticas acadêmicas - manter os programas de apoio às atividades discentes.

49 ligas acadêmicas nas mais diversas áreas da saúde,

02 Empresas Juniores.

Núcleo de Apoio aos discentes (NAD), que é um órgão de Apoio Psicopedagógico vinculado a Pró- Reitoria de Graduação – PROGRAD.

Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, NInA, da Universidade do Vale do Sapucaí, reúne membros do quadro de docentes e colaboradores para executar projetos que visem à efetivação de ações voltadas à inclusão e acessibilidade.

E os outros??

Mantidas e criadas mais Políticas de descontos:

Programa “Mais UNIVÁS” – Para ex-alunos

Descontos para pagamento antecipado Lato Sensu

Descontos para pagamento antecipado Stricto Sensu DOUTORADO e MESTRADOS

Programa “Futuro em Família”

Programa “UNIVÁS em Dose Dupla”

Programa “Empresa Parceira” – Estabelecimento de Convênio de Cooperação Mútua com outras IES ou empresas

Descontos Especiais para os cursos de MBA's

Programa "Meu Amigo na Univás".

Meta 11 - Eixo 3: Políticas acadêmicas - Revisar e investir nos programas e procedimentos de avaliação e rendimento escolar.

Manter núcleo de Apoio dos Discentes (NAD) tem por finalidade apoiar os acadêmicos da Univás no desenvolvimento de seus cursos de graduação, buscando a democratização da sua permanência, integração, participação e aproveitamento.

Acompanhamento contínuo da vida acadêmica do aluno via sistema mentor e secretarias.

Meta 12 - Eixo 1 Planejamento e avaliação e Eixo 4 Políticas de Gestão - dar continuidade ao processo de avaliação institucional, avaliação de cada curso e avaliação docente.

Como se observa no cumprimento das metas acima, o PDI está atualizado e coerente com a organização acadêmica da IES e contempla também: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da Univás, observando a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; perfil do corpo docente e de tutores; oferta de cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e/ou a distância; descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas; demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

O processo de autoavaliação institucional está funcionando e atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, com evidência de que todos os segmentos da

comunidade acadêmica estão sensibilizados e se apropriam seus resultados, divulgados em várias oportunidades.

Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e integral previstos no planejamento da CPA), possuem clara relação entre si, impactam o processo de gestão da instituição e promovem mudanças inovadoras.

7 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE.

A cpa entende que essas ações de melhorias, além de servir como instrumento de gestão, uma vez que busca situar e orientar as ações e os processos desenvolvidos pela alta administração, pode favorecer o envolvimento e suscitar a responsabilização de todos que nela trabalham ou se utilizam de seus serviços educacionais. Por vislumbrar esse potencial e com o intuito de nortear a sua realização/implementação, esta seção apresenta alguns pontos que merecem uma atenção especial, no ponto de vista da CPA e que foram apontados pelas avaliações externa e interna que se encontram em análise pela mantenedora, com foco nas melhorias abaixo:

Em análise	
Unidade Fátima	Unidade Central
Alteração do Trânsito Interno	Reforma do Auditório
Novo Sistema de Sinalização Interno	Instalação de Novas Salas de Aula
Estudo dos Estacionamentos	Novo Sistema de Sinalização Interno
Controle de Acesso Externo	Reforma da Unidade São João
Espaço para Atendimento aos Alunos	Espaço para Atendimento aos Alunos
Estações de Trabalho para Professores em Tempo Integral	Estações de Trabalho para Professores em Tempo Integral

Cabe destacar que, da mesma forma, encontram-se em fase de execução os seguintes itens, também objeto de avaliação deste ciclo avaliativo, como observamos abaixo:

Em execução	
Unidade Fátima	Unidade Central
Adequações para Acessibilidade	Adequações para Acessibilidade
Preparação para Recredenciamento junto ao MEC	Preparação para Recredenciamento junto ao MEC
Atualização do Acervo da Biblioteca	Atualização do Acervo da Biblioteca
Melhoria das Carteiras das Salas de Aula	Melhoria das Carteiras das Salas de Aula
Melhoria na Iluminação das Salas de Aula	Melhoria na Iluminação das Salas de Aula
Revitalização das Fachadas dos Prédios	Revitalização das Fachadas dos Prédios

Finalmente, alguns dos projetos de melhoria acadêmica que já foram executados e merecem ser salientados são os seguintes:

Concluído	
Unidade Fátima	Unidade Central
Reforma do Salão de Eventos	Implantação do Laboratório de Habilidades Médicas e Simulação Realística
Reforma dos Banheiros	Revitalização do Laboratório de Anatomia
Pintura das Quadras	Reforma da Biblioteca
Cobertura da Área de Convivência	Reforma do Laboratório Multidisciplinar 5
Reforma do Laboratório de Informática IV	Revitalização dos Espaços de Convivência
Atualização do Sistema Mentor (Fase 2)	Atualização do Sistema Mentor (Fase 2)

Recomendamos que tanto a direção de Unidade Central, da Unidade Fátima e do AVA analisem os resultados do eixo 3, por curso/disciplinas, a fim de estabelecer os parâmetros a serem alcançados neste item e em cada curso, de acordo com o que estabelece a Nota Técnica do INEP nº65, item 3.5: “As ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição”.

Portanto, os resultados da autoavaliação, tanto das questões abertas quanto das questões fechadas, de forma geral, devem ser objetos de uma análise individualizada não somente pela alta administração, mas, principalmente, pela direção acadêmica e seus coordenadores, a fim de que possam verificar como a qualidade educacional da instituição é percebida pela comunidade. Assim, a

autoavaliação deve se transformar em objeto de estudo que propicia ao sujeito avaliado a oportunidade de se transformar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, deve-se ressaltar que o dia a dia da CPA vai além da gestão e o simples acompanhamento da Autoavaliação. Não podemos deixar de adicionar nessa equação todas as avaliações *in loco* a que se submete a IES, que se constituem em oportunidades de melhoria, com a troca de experiência entre avaliadores e avaliado..

No caso da autoavaliação, objeto deste relatório, mais uma vez houve a participação efetiva de todos os envolvidos: 1419 discentes, 193 docentes; 60 técnicos administrativos e 94 respondentes da comunidade externa. Todos partícipes na construção das etapas da avaliação, constituindo-se em uma experiência mais democrática, na medida em que possibilitou a participação de todos os segmentos da Instituição, visando sempre a melhoria da qualidade de ensino.

Dessa forma, observa-se que não só conseguimos formar um corpo docente que tem uma atuação diferenciada capacitado atender um público diferenciado, como a demanda é cada vez mais interessante e tem permitido à IES e aos que nos procuram chegar a resultados excelentes tanto no sentido da graduação como no desenvolvimento de novas perspectivas em sua profissionalização.

O exame de resultados e de pesquisas sobre a qualidade do ensino na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), coletados durante o ano de 2017, permite constatar similaridade entre as dimensões preconizadas na Lei 10.861, de 14 de abril 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), principalmente no que estabelece a missão, a visão e a valores da Univás em consonância com o princípio da indissociabilidade da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

As convergências e as divergências entre os eixos norteadores da gestão, currículo, avaliação e formação de professores convidamos para um exame mais detalhado curso a curso, principalmente em relação às manifestações da comunidade nas questões abertas que, ao nosso entendimento, produz efeitos e devem gerar estratégias de gestão.

Neste sentido, entendemos autoavaliação institucional como um mecanismo ligado a outros constituindo um processo permanente de reflexão sobre as ações desenvolvidas pela comunidade acadêmica, com o objetivo de atingir a excelência do ensino, o aperfeiçoamento da formação profissional e a melhoria contínua da qualidade da educação prestada aos discentes. A busca pela qualidade é preconizada pela Constituição Federal, que estabelece em seu inciso VII, artigo 206, “A garantia de padrão de qualidade como um princípio basilar que norteia a educação no Brasil”.

Além disso, o inciso IX do artigo 4º da LDB, traz a ideia de padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas por alunos, inclusive apresentando insumos indispensáveis ao desenvolvimento de ensino-aprendizagem. Enfatiza ainda a necessidade de serem oferecidos recursos necessários para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do educando. Procuramos, no decorrer do trabalho avaliativo, considerar alguns princípios norteadores para enfrentar a complexidade que envolve os processos avaliativos.

A autoavaliação não é, portanto, um processo autolimitado que se basta a si mesmo ou, nas palavras de Dias Sobrinho (2004), “ela não fica restrita apenas aos órgãos da administração”. Os aspectos observados, além de servirem como subsídio para a correção de inconformidades encontradas, são considerados indissociáveis e necessários para o fortalecimento da instituição, no que se refere ao ensino, à infraestrutura, ao projeto pedagógico, ao corpo docente e à sociedade.

A alta administração da IES tem empreendido esforços para manter a coerência entre os resultados das avaliações institucionais internas e externas com metas e objetivos definidos no seu PDI e as ações implantadas ao longo de seus ciclos de autoavaliação e avaliação externa.

O processo de autoavaliação tem se configurado como instrumento para identificar oportunidades de melhorias em suas práticas administrativas e acadêmicas. Os dados referentes às avaliações externas são objetos de discussões, estudos, análises e ponderações sobre potencialidades, fragilidades e sugestões de melhorias por parte da comunidade acadêmica. Igualmente dialética e compartilhada, são realizadas reuniões com colegiados, NDEs, coordenadores, discentes, gestores e direção em que esses dados são discutidos e analisados para serem formuladas providências, definidas estratégias que visam aprimorar a eficiência operacional e garantir a qualidade do ensino na Univás, estabelecendo as ações necessárias para cumprir sua missão e possibilitar o alcance de sua visão, ressaltando as suas

potencialidades e eliminando as fragilidades, trabalhando em direção às oportunidades e procurando neutralizar as ameaças.

Lara (2010, p.68) “tenta flagrar a situação vivida pelas IES após o envio do relatório final”. Afirma que ao procurar entender os paradoxos comportamentais das IES, elaborou dois caminhos que se separaram logo de início, e que teriam levado as IES a situações diferentes nesse momento. “Se estivermos corretos, os caminhos poderiam ser assim entendidos” (Lara 2010, p.68):

Caminho A: Propósitos -> Mudança -> Ação -> Avaliação -> Rotina.

Caminho B: Propósitos -> Obediência -> Ação/Legislação -> Resistências -> Esquecimentos.

Este fluxo, segundo Lara (2010) permite que entendamos pontos importantes das IES que as colocam em situações bastante distintas nesse ponto atual do processo. Fica mais claro que, a partir de uma orientação de Estado que determina por força de lei, sem grandes discussões, toda uma reformulação do processo de avaliação Institucional no país inteiro, exige-se que as instituições implantem tal sistema internamente em um cronograma pré-estabelecido e nada flexível. Naquela pesquisa apurou-se que ter uma cultura avaliativa estruturada e disseminada internamente possibilitou que a minoria das IES pudesse incorporar as novas diretrizes em suas condutas avaliativas tirando delas ações a serem implantadas dentro do quadro de sua rotina de atividades. (LARA, 2010, p.68). Por outro lado, o autor complementa afirmando: “Não ter uma cultura avaliativa estruturada levou a grande maioria das IES a um procedimento burocratizado que encarou toda a nova diretriz como mais tarefas a serem cumpridas”. (p. 69).

Nesse sentido, os resultados devem ser objetos de uma análise individualizada não somente pela alta administração, mas, principalmente, pela direção acadêmica e seus coordenadores, a fim de que possam verificar como a qualidade educacional da instituição é percebida pela comunidade. Assim, a autoavaliação deve se transformar em objeto de estudo que propicia ao sujeito avaliado a oportunidade de se transformar.

O comprometimento de toda a equipe formada pelos docentes, integrantes da CPA e do NAI, alunos e colaboradores foi fundamental para dar credibilidade e legitimidade ao processo que se desenvolve continuamente em prol de uma gestão institucional transparente, de uma educação de ponta e, principalmente, pela valorização do recurso humano de todos os segmentos.

Para o próximo ciclo avaliativo trienal, está prevista a continuidade desse trabalho de acompanhamento e avaliação da implementação dos objetivos e metas do PDI, com vigência para o período 2018-2010, permanecendo a sistemática avaliativa com caráter de análise histórica, acompanhada de síntese e fechamento de etapas do desenvolvimento institucional, seguindo a portaria 92, de 31 de janeiro de 2014, que aprovou os instrumentos de avaliação institucional externa, para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do SINAES.

Nestas condições, voltamos a recomendar que tanto a direção da Unidade Central, da Unidade Fátima e do AVA analisem o quesito acima por curso/disciplinas, a fim de estabelecer os parâmetros a serem alcançados neste item e em cada curso, de acordo com o que estabelece a Nota Técnica do INEP nº 65, item 3,5: “As ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição”.

Pouso Alegre, 01 de fevereiro de 2018.

Relatório aprovado na reunião da CPA de 08 de fevereiro de 2018.

9 REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, M. Análise Crítica das políticas públicas de avaliação: a voz dos gestores. *Contrapontos*, volume 7, n. 1, p. 23-41, Itajaí, jan/abr 2007.

_____. Avaliação e Progressão Continuada: subsídios para uma reflexão. In: CAPPELLETTI, I. (org.) Avaliação educacional: fundamentos e práticas. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 1999.

_____. Avaliando a avaliação da Aprendizagem. São Paulo: Lúmem, 1996.

AFONSO, A. J. Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação. 2ed, São Paulo: Cortez, 2000.

ANDRADE, Nelson Lambert de. Autoavaliação a partir da ótica dos gestores de uma instituição de ensino superior. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade de São Paulo PucSP. São Paulo, 2015.

BLB Brasil, Auditores e Consultores. Relatório dos Auditores Independentes. Ribeirão Preto, SP, 2016.

BRASIL, Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 05 abr. 2004.

_____. Ministério da Educação: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Diretrizes para a autoavaliação das instituições. Brasília, 26 ago. 2004.

_____, Ministério da Educação: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Orientações gerais para o roteiro das autoavaliações das instituições. Brasília, 2004.

_____, Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (1995). Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>.

Acesso em 3 fev. 2016

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Unesp/Enap, 1999.

CÁRIA, Neide Pena. A parceria das empresas de educação privadas com as redes de educação do Sul de Minas Gerais. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade de São Paulo PucSP. São Paulo, 2012.

CARNEIRO, Breno Pádua Brandão; NOVAES, Ivan Luiz. Regulação do Ensino Superior no Contexto de Contemporaneidade. Revista Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas (online). Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ribitstream/ufba165/1Educacao%20e%20contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

CHIAVENATO, I. Introdução a teoria geral da administração. 7. ed. São Paulo: Campus, 2004.

DEMO, P. Pesquisa e construção de conhecimento. Metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. Avaliação sob o olhar propedêutico. Campinas: Papyrus, 1996.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior sem fronteiras. Cenários da globalização: bem público, bem público global, comércio transnacional? Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES, Campinas, v. 9, n. 2, p. 9-29, jun. 2004.

FALCONI CAMPOS. V. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 8. ed. Nova Lima: INDG, 2004.

FELICIO, H. M; STANO, R. C. M. T. Sinaes na Perspectiva aas CPA's Mineiras: Avanços E Esperanças. In. ABRAMOVICZ, M. GOMES, L. H. A. STANO, R. C. M. T. CURRÍCULO E AVALIAÇÃO: MOVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR. Curitiba: CRV: 201

FUVS. Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011. FUVS: Pouso Alegre-MG, 2013.

GUILLON. A. B. B.; MIRSHAWKA. V. Reeducação: qualidade, produtividade e criatividade: caminho para a escola excelente no século XXI. São Paulo: Makron Books, 1994.

GONÇALVES, Y. P. O processo e o momento de divulgação do relatório final da CPA. In: Abramowicz, M. Lara, M. R. Moniz, M. I. A. Orgs. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO: UMA PESQUISA EM CURRÍCULO. Curitiba: CRV, 2010.

LARA, M. Depois da tempestade, a bonança. GONÇALVES, Y. P. O processo e o momento de divulgação do relatório final da CPA. In: Abramowicz, M. Lara, M. R. Moniz, M. I. A. Orgs. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO: UMA PESQUISA EM CURRÍCULO. Curitiba: CRV, 2010.

LIMA, L. Do aprender a ser à aquisição de competências para competir. In: Margem Esquerda. Ensaios marxistas. São Paulo: BoiTempo, 2005.

MENDES, G. S. C.; MUNHOZ, A. M. H. Instrumentos de avaliação diversificados: Um aspecto da avaliação processual e do trabalho pedagógico. Revista Série Acadêmica. Campinas: PUC- Campinas n 22, jan-dez, 2007.

MORAN, J. M. Educar o educador. MORAN, J. M., MASETTO, M. e BEHRENS, M. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 16ª ed. Campinas: Papirus, 2009.

SANDER, B. Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.

SAUL, A. M. Avaliação Emancipatória: Desafio à Teoria e à Prática de Avaliação e Reformulação de Currículo. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1988.

_____. Convivendo com Paulo Freire: uma experiência inusitada. In: GADOTTI, M. (org) PAULO FREIRE: Uma bibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Avaliação da Aprendizagem: um caminho para a melhoria da qualidade na Escola. In: CAPPELLETTI, I. (org) Avaliação Educacional: fundamentos e práticas. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 1999.

SOUSA, C. P. de; MARCONDES, A. P. ; ACOSTA, S. F. Autoavaliação Institucional: uma discussão em processo. Estudos em avaliação educacional, v19, n. 39, jan./abr. 2008.

STANO. R.C.M.T. Reforma universitária engavetada: desdobramentos de uma política pública de currículo. IN: REFORMA UNIVERSITÁRIA: OS SINAIS DO SINAES. Curitiba: CRV. 2010

ANEXOS:

Anexo A:



PORTARIA N.º 033/2016/REITORIA

PORTARIA/12:12:02

O professor mestre Carlos de Barros Laraia, reitor da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando-se a Comunicação Interna, expedida pelo professor doutor Nelson Lambert de Andrade, coordenador da Comissão Própria de Avaliação - CPA,


RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR o acadêmico **Matheus Macedo de Souza** como Representante do Corpo Discente da Unidade Fátima e o acadêmico **Gustavo Finamor Salles** como Representante do Corpo Discente da Unidade Central na **Comissão Própria de Avaliação – CPA** e manter os seguintes membros:

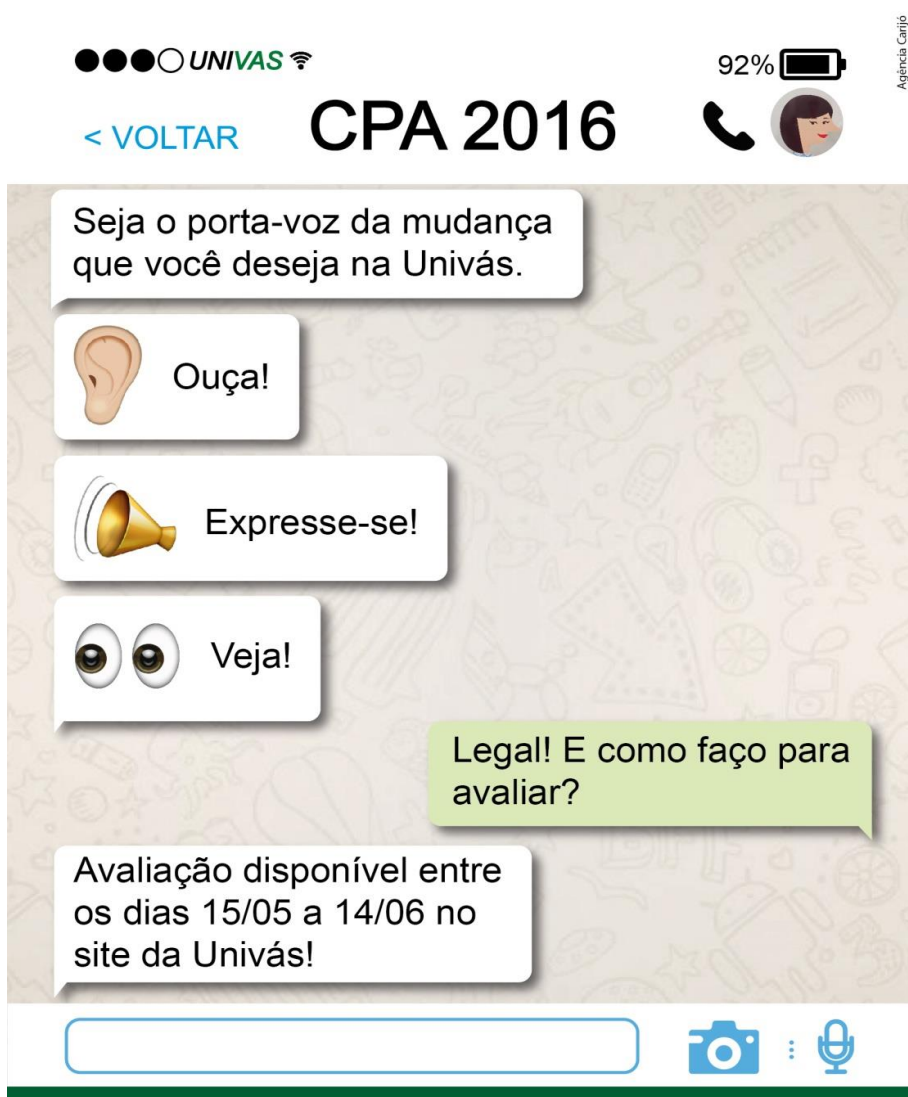
- Ana Lúcia Francisco Bertocin - Representante do Corpo Docente da Unidade Central
- Carlos Alberto Conti Pereira - Representante da Sociedade Civil Organizada
- Csaignon Mariano Caproni - Representante da Sociedade Civil Organizada
- Jane Mendes da Silva - Representante do Corpo Técnico Administrativo da Unidade Fátima
- Jane Aparecida de Oliveira Silva – Representante do Corpo Docente da Unidade Fátima
- Nelson Lambert de Andrade - Coordenador da Comissão Própria de Avaliação - CPA
- Solange Ribeiro Moraes - Representante do Corpo Técnico Administrativo da Unidade Central

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga todas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 19 de setembro de 2016.

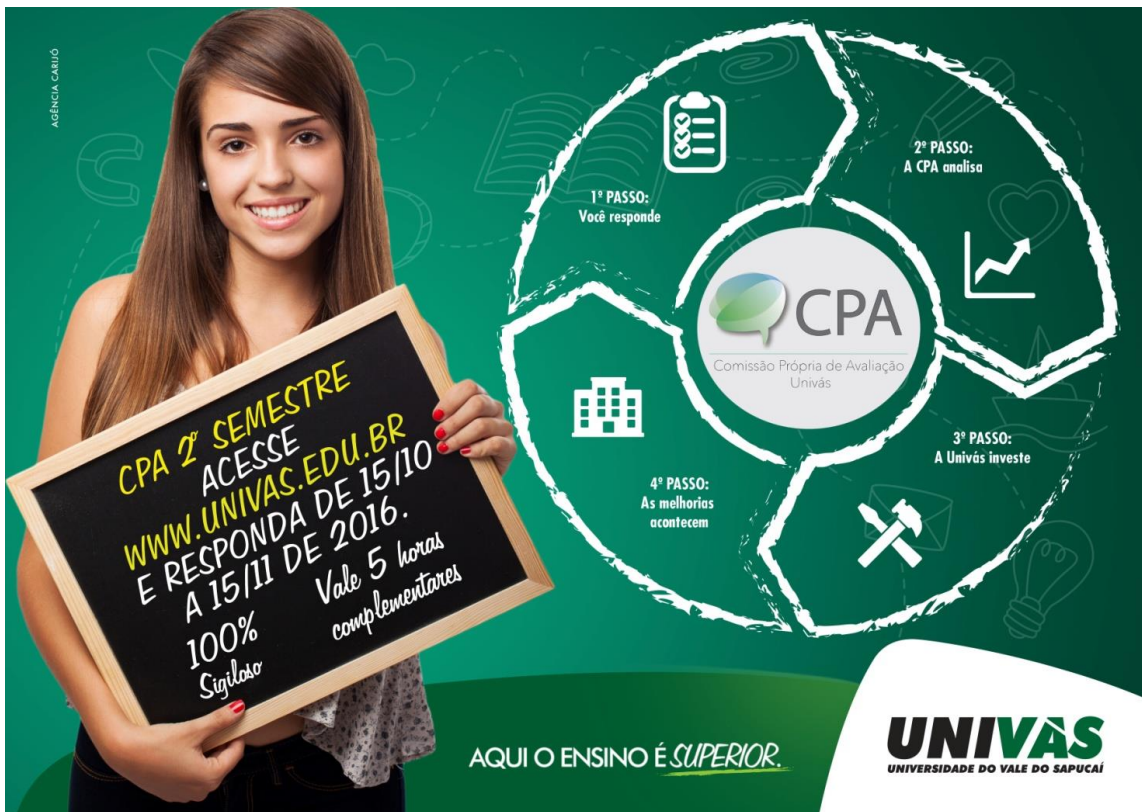

Prof. Me. Carlos de Barros Laraia
 Reitor

Anexo B:



UNIVAS
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

AGÊNCIA CARIÓ



CPA 2º SEMESTRE
ACESSE
WWW.UNIVAS.EDU.BR
E RESPONDA DE 15/10
A 15/11 DE 2016.
100% Sigiloso Vale 5 horas complementares

1º PASSO:
Você responde

2º PASSO:
A CPA analisa

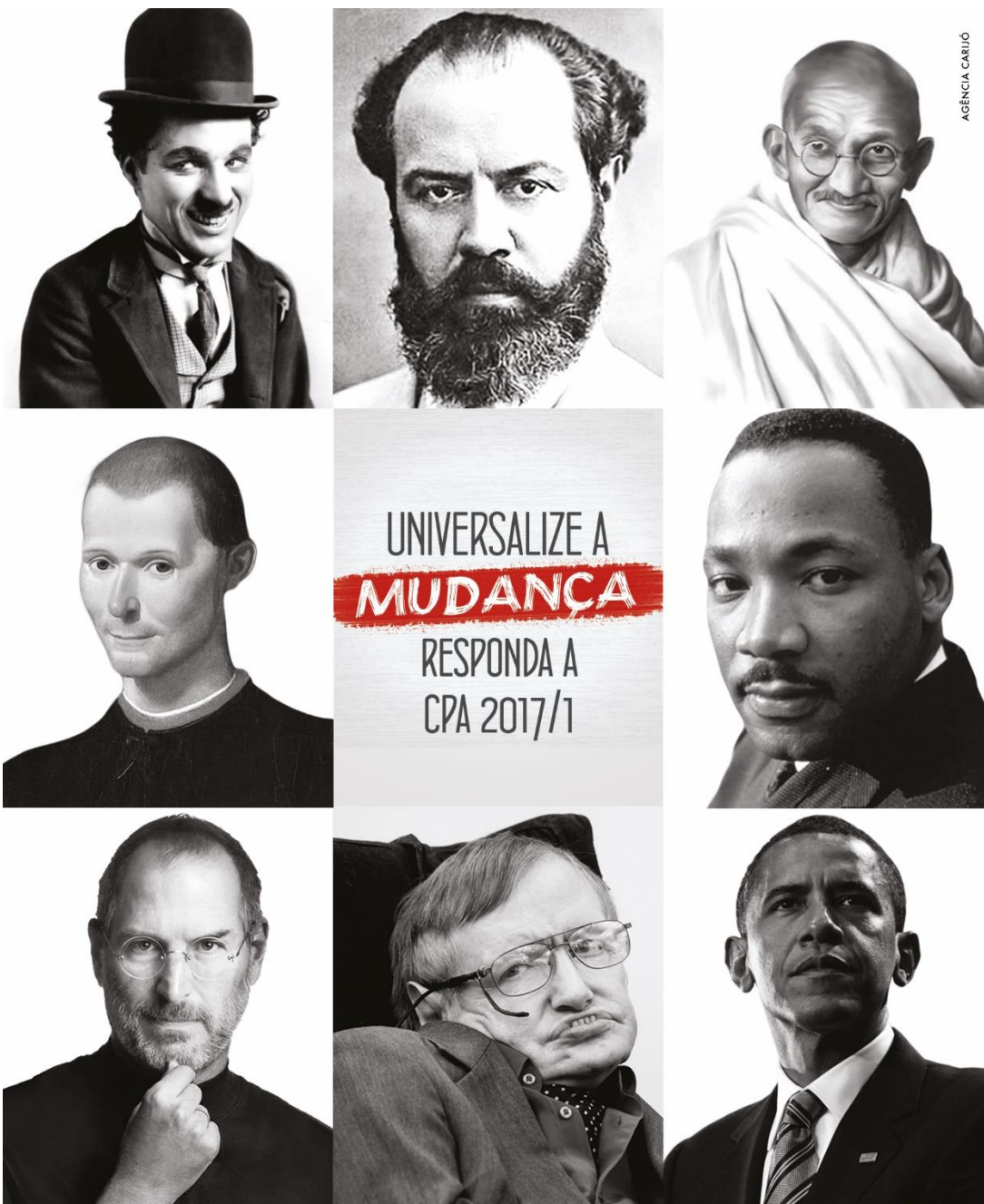
3º PASSO:
A Univas investe

4º PASSO:
As melhorias acontecem

CPA
Comissão Própria de Avaliação
Univas

AQUI O ENSINO É SUPERIOR.

UNIVAS
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ



Avaliação disponível entre
15 de maio à 15 de junho de 2017
em www.univas.edu.br





Avaliação disponível entre
15 de outubro a
15 de novembro de 2017
em www.univas.edu.br



UNIVAS
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

Anexo C:



FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit /ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, realizados em **31 de dezembro de 2017**, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores, **BLB – Auditores Independentes**, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativo ao exercício supra-citado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

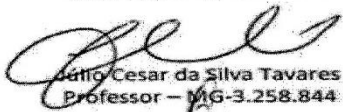
Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** em 31 de Dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

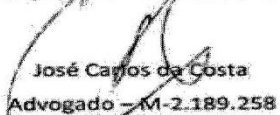
Para seu documento, firmamos o presente.

Pouso Alegre, 09 de Março de 2018.


Jair Antonio Camilo
Empresário - M-2.687.392


Julio Cesar da Silva Tavares
Professor - MG-3.258.844


Fabiano Pagliarini Garcia
Empresário - M-1.590.540


José Carlos da Costa
Advogado - M-2.189.258